



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA  
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

**PETRYN DE LIMA MEDEIROS**

**OS INSTRUMENTOS BRASILEIROS *ANTIDUMPING*:  
GARANTIA DE SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E  
REFLEXOS NA PRODUÇÃO LEITEIRA NACIONAL**

**JOÃO PESSOA  
2019**

**PETRYN DE LIMA MEDEIROS**

**OS INSTRUMENTOS BRASILEIROS *ANTIDUMPING*:  
GARANTIA DE SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E  
REFLEXOS NA PRODUÇÃO LEITEIRA NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Dr. Jonábio Barbosa dos Santos.

**JOÃO PESSOA  
2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M488i Medeiros, Petryn de Lima.

Os Instrumentos Brasileiros Antidumping: Garantia de  
Sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas e Reflexos  
na Produção Leiteira Nacional / Petryn de Lima  
Medeiros. - João Pessoa, 2019.  
55 f.

Orientação: Jonábio Barbosa dos Santos.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Dumping. 2. Antidumping. 3. Micro e Pequenas  
Empresas. I. Santos, Jonábio Barbosa dos. II. Título.

UFPB/CCJ

**PETRYN DE LIMA MEDEIROS**

**OS INSTRUMENTOS BRASILEIROS ANTIDUMPING  
GARANTIA DE SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

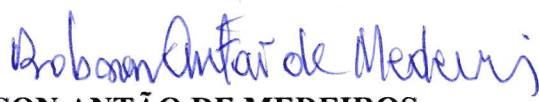
Orientadora: Dr. Jonábio Barbosa dos Santos.

**DATA DA APROVAÇÃO:**

**BANCA EXAMINADORA:**

  
**Prof. Dr. JONÁBIO BARBOSA DOS SANTOS  
(ORIENTADOR)**

  
**Prof. Dr.ª MARÍLIA MARQUES REGO VILHENA  
(AVALIADORA)**

  
**Prof. Dr. ROBSON ANTÃO DE MEDEIROS  
(AVALIADOR)**

## **AGRADECIMENTOS**

Desde a minha aprovação no ENEM e durante todo o curso de Direito contei com pessoas que me apoiaram e acreditaram em mim, mesmo quando eu mesmo desacreditei do meu potencial.

Por isso, gostaria de agradecer a minha família por todo o suporte e todo o cuidado destinado a mim. Em especial meus pais, Paulo e Rejane, e minhas irmãs, Letycia e Camila, por terem me dado o apoio e amor de que precisava.

Também agradeço a todos os meus amigos, pessoas que sem esperar nada em troca alegraram meus dias, me aconselharam e incentivaram. Da UFPB, destaco meus amigos Lucas, Rodrigo, Romeu e Tiago que compartilharam comigo os dilemas da Universidade e sempre foram ponto de apoio. Agradeço enormemente aos meus amigos de infância da Rua Capitão e aqueles poucos que permaneceram dos tempos da escola, que estão comigo desde sempre, em todos os momentos.

Todos os professores que ajudaram na minha formação, da escola até a universidade. Destaco os professores da minha graduação, Jonábio Barbosa e Márcia Glebyane, por desempenhar com tanto empenho e capacidade o papel de professor.

E agradecer a Deus por sempre iluminar meu caminho.

## RESUMO

Em vista do papel de grande importância socioeconômica desempenhado pelas microempresas e empresas de pequeno porte no cenário brasileiro, pesquisa-se sobre a atuação do Estado como garantidor desse potencial a fim de fortalecer e defender a sobrevivência dessa categoria empresarial mais vulnerável. O objetivo geral desse trabalho consiste em entender a importância das micro e pequenas empresas no mercado nacional brasileiro e como as suas sobrevivências podem ser afetadas pela prática do *dumping*. Já os objetivos específicos são entender os mecanismos que o Estado brasileiro possa utilizar para proteger a economia interna, avaliando a situação das micro e pequenas empresas no que concerne às suas fragilidades e como os órgãos estatais atuam no enfrentamento do *dumping*, inclusive no caso referente a importação de produtos lácteos. Com isso, essa monografia se propõe a analisar como o Estado brasileiro, através dos instrumentos *antidumping*, atua na investigação e enfrentamento a essas práticas nocivas à economia nacional. Para tanto, é necessário entender os mecanismos que o Estado brasileiro possa utilizar para proteger a sua economia interna, compreender a situação das micro e pequenas empresas e entender como elas podem ser afetadas pela concorrência desleal provocada por agentes internacionais, com enfoque no caso prático apresentado acerca da extinção da medida *antidumping* referente a importação de produtos lácteos. Realiza-se, então, uma pesquisa bibliográfica documental baseada no método dedutivo, uma vez que parte-se da observação de uma situação geral, os instrumentos *antidumping* brasileiros, para explicar as características particulares da atuação desses em relação às micro e pequenas empresas. Diante disso, verifica-se que o tratamento favorecido previsto na Constituição Federal auxilia na construção de uma legislação que ampara as micro e pequenas empresas, que a prática do *dumping* pode ocasionar grandes perdas econômicas dentro da estrutura empresarial brasileira e que os instrumentos *antidumping* brasileiros são medidas de defesa comercial importantes na manutenção de um ambiente de concorrência saudável. Isso impõe a constatação de que as microempresas e empresas de pequeno porte necessitam do suporte estatal, inclusive quando o capital internacional vier a atuar de forma mais incisiva na economia nacional, através de medidas protecionistas do Estado, denominadas como instrumentos *antidumping*, que assegurem um ambiente propício a sua sobrevivência e crescimento.

**Palavras-chave:** Microempresas. Empresas de Pequeno Porte. Soberania Nacional. *Dumping*. Instrumentos *Antidumping*.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CADE – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA  
CAMEX – CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR  
CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL  
COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
CPP – CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP  
CSLL – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO  
DECEX – DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO EXTERIOR  
DECOM – DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL  
EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
GATT – ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO  
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS  
IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA  
IPI – IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS  
IRPJ – IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA JURÍDICA  
ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA  
LC – LEI COMPLEMENTAR  
MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
ME – MICROEMPRESA  
MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL  
MPEs – MICRO E PEQUENAS EMPRESAS  
OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO  
OSC – ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS  
PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO  
SBDC – SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DE CONCORRÊNCIA  
SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS  
SECEX – SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR  
SEMPE – SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA  
UE – UNIÃO EUROPEIA

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: IMPORTÂNCIA NACIONAL .....</b>	<b>9</b>
2.1. LEGISLAÇÃO.....	11
2.1.1 Tratamento constitucional sobre o tema .....	11
2.1.2 Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	13
2.2. CLASSIFICAÇÃO .....	15
2.3. IMPACTO SOCIOECONÔMICO.....	17
2.4. FRAGILIDADES.....	18
2.5. SOBERANIA NACIONAL .....	20
<b>3. DUMPING: CONCORRÊNCIA DESLEAL .....</b>	<b>23</b>
3.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PRÁTICAS DE <i>DUMPING</i> .....	24
3.1.1. Modalidades de <i>dumping</i> .....	25
3.2. MEDIDAS PROTECIONISTAS: <i>ANTIDUMPING</i> .....	27
<b>4. ANTIDUMPING: LEGISLAÇÕES E MEDIDAS EM RELAÇÃO À IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS LÁCTEOS .....</b>	<b>29</b>
4.1. ÓRGÃOS ESTATAIS DE PROTEÇÃO .....	30
4.2. DECRETO Nº 8.058/2013 .....	32
4.3. RELAÇÃO ENTRE MEDIDAS <i>ANTIDUMPING</i> E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS .	35
4.4. DA REVISÃO DOS DIREITOS <i>ANTIDUMPING</i> SOBRE A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS LÁCTEOS.....	36
4.4.1. Início da investigação .....	37
4.4.2. Das revisões anteriores.....	38
4.4.3. Da revisão atual .....	40
4.4.4. Do valor normal internado e o preço médio de venda .....	42
4.4.5. Riscos de retomada de <i>dumping</i> .....	43
4.4.6. Situação da indústria leiteira brasileira .....	44
4.4.7. Manifestações finais pelas partes do processo .....	45
4.4.8. Da fase decisória e recomendação.....	46
4.4.9. Considerações acerca do resultado do processo de revisão de direitos <i>antidumping</i> .....	47
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>



## 1. INTRODUÇÃO

As microempresas e empresas de pequeno porte desempenham papel fundamental no cenário econômico brasileiro. Além de empregar uma grande parcela da população, estão presentes nos mais variados setores da economia nacional, possuindo destaque no fomento do desenvolvimento do país, empregando uma parcela da mão de obra com menor grau de formação profissional e estando próximas do cotidiano da sociedade.

Visto que essas empresas representam 99% de todo o setor empresarial brasileiro, segundo pesquisas realizadas pelo SEBRAE em 2016, demonstra-se a importância de assegurar que essas permaneçam atuando no mercado, impulsionando a economia nacional e sendo uma escapatória aos altos índices de desemprego.

Todavia, essa categoria empresarial enfrenta várias dificuldades em sobreviver às instabilidades do ambiente produtivo e comercial do Brasil. A concorrência com empresas de maior porte que possuem maior aparato econômico alia-se a concorrência desleal que a economia nacional brasileira enfrenta por parte do empresariado internacional e seu poderio produtivo e exportador.

Com isso, o *dumping*, prática comercial que tem como finalidade extinguir a concorrência e assegurar novos mercados através do uso de preços inferiores ao valor utilizado no mercado interno, deve ser analisado para permitir que o Estado atue em defesa de todo o mercado interno, inclusive da parcela mais vulnerável, as micro e pequenas empresas.

Essa atuação defensiva se dá por meio dos instrumentos *antidumping* que o Estado brasileiro possui, amparados no Acordo *Antidumping* do GATT, Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio, e no Decreto nº 8.058/2013, facilitando a investigação e a implementação dessas medidas como formas viáveis de manutenção da competitividade dentro do território nacional.

Como objetivo a análise da importância das micro e pequenas empresas no mercado nacional brasileiro e como as suas sobrevivências podem ser afetadas pela prática do *dumping*, essa monografia se propõe a analisar como o Estado brasileiro, através dos instrumentos *antidumping*, atua na investigação e enfrentamento a essas práticas nocivas à economia nacional. A metodologia utilizada na construção desse trabalho foi o método dedutivo e a metodologia para alcançar os objetivos propostos compreendeu a pesquisa bibliográfica documental.

Foram utilizadas doutrinas consolidadas do direito empresarial e constitucional e artigos e trabalhos científicos para definir e caracterizar as microempresas e empresas de pequeno porte e a prática do *dumping* e os instrumentos brasileiros *antidumping*. Para confirmação empírica, foram utilizadas pesquisas de órgãos competentes como o IBGE, o SEBRAE e o IPEA, assim como a Circular nº5 de 2019 da SECEX.

Composto por três capítulos, o primeiro irá tratar das micro e pequenas empresas e da legislação que as ampara, assim como das suas fragilidades e impacto social. O segundo capítulo descreve a prática do *dumping* e suas principais características, como também as suas modalidades. Por fim, no terceiro capítulo, será apresentado o instrumento *antidumping* e os órgãos estatais e legislação que o embasam, assim como um caso investigado pelo Estado brasileiro referente a prática do *dumping* na importação de produtos lácteos.

## **2. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: IMPORTÂNCIA NACIONAL**

O setor econômico brasileiro é composto por diferentes tipos de empresas, discriminadas, comumente, pela sua capacidade de produção e por sua renda auferida anualmente. Nessa divisão, as microempresas e empresas de pequeno porte são aquelas mais vulneráveis e que, por isso, necessitam de maior aparato estatal para garantir as suas sobrevivências.

Definindo empresa como aquela em que há organização de meios materiais e imateriais, unidas em torno de um determinado objeto e tendo por finalidade a obtenção de vantagens econômicas, lucro, baseada em fundamentos como os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, (MAMEDE, 2012) fica demonstrada a importância, sobretudo, social, que essas desempenham, gerando empregos e constituindo o sustento econômico da população brasileira.

As microempresas e empresas de pequeno porte também possuem os mesmos aspectos acima elencados, apresentando, contudo, algumas peculiaridades. As micro e pequenas empresas são definidas em função do valor de sua receita bruta anual. (ULHOA, 2003) As empresas que se enquadram nessas categorias, por possuírem menor poder econômico, podem se tornar mais vulneráveis às investidas do capital internacional, que busca, sobretudo, novos mercados para dominar.

Por essa razão, a receita bruta que caracteriza uma empresa como pertencente a essas duas modalidades está presente no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituída pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016. Em seu art. 3º as microempresas são definidas como aquelas que auferem receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00, em cada ano-calendário, enquanto as Empresas de Pequeno Porte são aquelas que possuem receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, em cada ano calendário. As empresas situadas nessa faixa de receita desempenham importante papel na estrutura social e econômica do Brasil e, por isso, a importância do seu estudo para maior compreensão sobre o fenômeno comercial em que o país está inserido.

Uma das características dessas empresas é a mão de obra com baixa qualificação profissional. Esse contingente de pessoas encontram mais dificuldades de conseguirem empregos formalizados em empresas de grande porte, pois essas têm como requisito um maior grau de formação profissional e acadêmico. Ocasionalmente por esse fator e pela maior

diversidade de segmentos diferentes em que as micro e pequenas empresas atuam, essas acabam por absorver uma grande parte da força de trabalho do país.

Em razão disso, o Estado brasileiro vem aumentando, gradativamente, os investimentos direcionados às micro e pequenas empresas. Visando financiamento de dívidas e realização de novos empréstimos e também proporcionando qualificação profissional para os micro e pequenos empreendedores, o Governo estimula a economia diretamente em uma área que, comprovadamente, responde positivamente, por empregar grande parte da população.

A partir do momento que as pesquisas constataram que a sua importância está diretamente ligada ao bom desenvolvimento econômico, vide o valor referente ao ano de 2011 em que os negócios ligados as MPEs giravam em torno de 599 bilhões de reais, 27% do PIB brasileiro. A participação percentual dessas no total de empresas registradas no Brasil chega a 99%. E em relação à empregabilidade, 57% dos empregos formais são oriundos das micro e pequenas empresas. (SEBRAE, 2012) Isso confirma que essas empresas representam nos âmbitos político, social e econômico, através da contribuição para o PIB, geração de emprego, participação em diversos tipos de arranjos produtivos importantes fatores econômicos que aguçaram a curiosidade e o interesse em estudar e analisar as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (GUERRA; TEIXEIRA, 2010)

Atualmente, o interesse acadêmico pelo estudo das micro e pequenas empresas e seu impacto na sociedade e na economia se intensificou consideravelmente, visto que ficou evidente a sua importância para a economia nacional.

Porém, existe certa dificuldade em estudar esses tipos de empresas por existir um alto grau de heterogeneidade entre elas. Por isso, ocorreu um certo atraso na produção de material de estudos voltados a esse setor empresarial, o qual está sendo intensificado no meio acadêmico e pelos institutos de pesquisa nacionais como o IPEA, o SEBRAE e o IBGE intensificariam as pesquisas relacionadas a essa área. (LEONE; LEONE, 2012)

Exposto isso, o presente capítulo tem como objetivo demonstrar a importância e significação das micro e pequenas empresas, ressaltando a sua participação na esfera socioeconômica do país, tendo por base a legislação presente no ordenamento jurídico brasileiro, assim como seu impacto socioeconômico, suas fragilidades e a sua ligação com o princípio da soberania nacional.

## 2.1. LEGISLAÇÃO

Diante do apresentado, faz-se necessário analisar de que forma o ordenamento jurídico pátrio trata as microempresas e empresas de pequeno porte, somado a sua classificação, os impactos econômicos por elas apresentados, as suas fragilidades e de que forma ela se relaciona com a soberania nacional, tópicos divididos didaticamente que serão abordados posteriormente. Os assuntos tratados nesse tópico, dispostos a seguir, são o tratamento constitucional sobre o tema e o Estatuto das MPEs.

### 2.1.1 Tratamento constitucional sobre o tema

A importância de um tratamento diferenciado dado às micro e pequenas empresas dá-se, principalmente, pela importância desses pequenos negócios em fomentar o mercado de trabalho e, conseqüentemente, estimular vários setores da economia, visto também que essas são mais vulneráveis a práticas predatórias.

O Princípio do Tratamento Favorecido às Empresas de Pequeno Porte contido na Constituição Federal de 1988, em seu art. 170, IX, reflete a busca pelo fim das desigualdades que as micro e pequenas empresas sofrem em relação às empresas de grande porte. Segundo Alexandre de Moraes, tratar as empresas que possuem receitas e finalidades de forma diferenciada é uma exigência tradicional do próprio conceito de justiça. (MORAES, 2003) É definido como princípio, segundo Barroso, por conter conceitos filosóficos que migram para o mundo jurídico, incorporando-se a Constituição Federal, de forma explícita, possuindo natureza de normas. (BARROSO, 2003)

Esse princípio é complementado pela redação do art. 179 que determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios simplificarão as suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, reduzindo ou extinguindo-as.

Dentre as desigualdades citadas, a alta carga tributária destinada à essa classe empresária brasileira, em especial, dificulta a sobrevivência dessas. Segundo o SEBRAE, essas obrigações tributárias constituem o segundo motivo pelo qual essas empresas encerram suas atividades, estando atrás somente da falta de capital de giro.

E o mundo globalizado, numa análise internacional, propicia a competição das micro e pequenas empresas com empresas de todo o globo, incluindo grandes empresas com altos níveis tecnológicos. Contudo, o tratamento favorecido não busca isolar às MPEs a ter contato com o comércio internacional, e sim, proporcionar uma participação bem sucedida desses

agentes econômicos nesse cenário. Essa abertura econômica, com a consequente competitividade entre os diversos tipos de empresas pelo mundo, traz riscos à atividade. Os desequilíbrios entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos podem gerar ambientes perigosos à prática comercial, sobretudo às empresas de pequeno porte situadas em um país em desenvolvimento como o Brasil. (KARKACHE, 2009)

Já no âmbito da competitividade, inclusive por empresas internacionais, surge a necessidade de protecionismo estatal para resguardar a integridade das micro e pequenas empresas. Esse protecionismo é exemplificado pelas medidas *antidumping*, importante ferramenta jurídica capaz de barrar grande parte da concorrência desleal que pode vir a atuar na economia brasileira.

Tal situação leva à necessidade de proteger a economia nacional e seus agentes mais vulneráveis, caso das MPEs, de duas maneiras distintas. Amparadas pela liberdade de concorrência, no âmbito da sobrevivência, fica evidente que o tratamento favorecido é necessário ao ponto que leva as particularidades das micro e pequenas empresas em consideração, incentivando a produção legislativa e jurídica em prol do fortalecimento dessas. O *dumping* configura-se como a imposição de preços abaixo do valor de mercado por empresas estrangeiras, visando extinguir a concorrência e adquirir novos mercados. O preço de exportação do produto é menor do que o valor utilizado no mercado interno do país exportador, confirmando a prática abusiva e sua finalidade desleal. (TAVARES, 2006)

O art. 170, inciso IX, possui natureza de princípio, sendo uma norma de conteúdo abstrato e geral, tendo como função trazer orientações às regras e servir como critério interpretativo. Portanto, o Tratamento Favorecido atinge diversas áreas como a administrativa, tributária, previdenciária e creditícia, explícitas no texto do artigo.

Ainda sobre o entendimento constitucional do tema, é importante afirmar que entre os benefícios presentes na Constituição Federal de 1988, o art. 179 prescreve importantes termos para um efetivo favorecimento. Dentre eles estão a simplificação, redução ou eliminação das obrigações pecuniárias como também as obrigações acessórias, essencialmente burocráticas. A importância desses benefícios é a contribuição tributária mais justa, levando em conta sua capacidade contributiva menor que empresas de grande porte, como também o menor suporte e conhecimento jurídico, contábil e administrativo que dificulta a atividade burocrática. (KARKACHE, 2009)

Uma das grandes problemáticas envolvendo o processo de criação e manutenção das empresas é, justamente, a burocracia exagerada e o prolongamento dos prazos. Com isso, o estatuto, amparado na Lei 123/2006 vem atuar na desburocratização do processo de

legalização e registro das empresas. Através de um sistema informatizado, o cadastro segue a sequência: consulta antecipada do nome empresarial e viabilidade de localização, registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento de atividades.

Essa desburocratização reduz o tempo médio de abertura de 152 dias para até 15 dias. Também pode-se solicitar “a expedição de um alvará provisório para funcionamento imediato no caso de empresas que não possuam atividades de alto risco.” (BRASIL, 2006)

Portanto, a legislação funciona como um suporte para todas as microempresas e empresas de pequeno porte, de forma a simplificar as suas permanências no mercado, desburocratizando seus procedimentos, agindo em sua defesa frente o comércio internacional e, como demonstrado no próximo tópico, facilitando o pagamento de impostos.

### **2.1.2 Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

O Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, trata dos vários aspectos desse setor empresarial. Com isso, trata da definição, do processo de inscrição e baixa, dos tributos e contribuições, instituindo o Simples Nacional, entre outras atribuições.

No que concerne a definição, o Estatuto determina que a microempresa possui receita bruta anual de até R\$360.000,00 por ano conforme o art. 3º, inc. I e a empresa de pequeno porte possui receita bruta superior a R\$ 360.000,00 tendo como limite R\$ 4.800.00,00, presente no inciso II do mesmo artigo.

Também determina, segundo o art. 3º, caput, que as micro e pequena empresa poderão ser: empresário individual, sociedade empresária, empresa individual de responsabilidade limitada ou sociedade simples. Isso demonstra o teor descritivo dessa norma e a lacuna existente antes da sua vigência.

Porém, a principal criação oriunda da Lei Complementar nº 123/2006 foi o Simples Nacional que consiste na unificação da arrecadação de tributos e contribuições de forma especial para esses dois tipos determinados de empresas.

O Simples Nacional, segundo definição fornecida pela Receita Federal, é a abreviação de “Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”. Trata-se de um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto pela Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01/07/2007. (BRASIL, 2006) Esse regime engloba a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro de suas

prerrogativas está a arrecadação de 8 impostos de forma simplificada e conjunta em uma única guia. Também há o abatimento de outros impostos que são comuns para outras empresas. (COSTA; LEANDRO, 2016)

Esses oito impostos estão descritos no art. 13 da LC 123/2006 que compõe o Simples Nacional são: o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, COFINS; Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Patronal Previdenciária, CPP para a Seguridade Social; Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ICMS e, por fim, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, ISS.

Cada um desses impostos possui valores percentuais diferenciados e a união desses em uma única tarifa facilita o seu pagamento para os micro e pequenos empresários que administram suas empresas e possam encontrar dificuldades para entender tantas tributações distintas.

A opção pelo Simples Nacional se dará através da internet, pelo portal do Simples Nacional. Para empresas em início de atividade, existe um prazo de 30 dias a partir do último deferimento da inscrição. Já para empresas já atuantes, o cadastramento somente acontecerá em janeiro. O fato de optar pelo Simples Nacional pela internet constitui uma importante ferramenta de acesso aos micro e pequenos empresários. A presença física dos órgãos governamentais instituídos por essa lei, como também o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, e a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, SEMPE, é insuficiente no território brasileiro. Dadas as grandes proporções territoriais e o custo de manutenção de pontos físicos, muitas vezes, pode ocorrer que pequenas cidades não possuam a presença desses órgãos, como também nas cidades de grande porte elas se encontrem em número insuficiente. E como grande parte da população brasileira possui acesso à internet na atualidade, isso simboliza um grande avanço.

Com todos esses benefícios, porém, poderá ocorrer a exclusão de alguma empresa do Regime Simples, conforme o seguinte procedimento descrito no art. 3º, inc. II, § 4º:

de ofício ou mediante comunicação da própria microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP). Será feita mediante comunicação da ME ou da EPP quando ela, espontaneamente, desejar deixar de ser optante pelo Simples Nacional (exclusão por comunicação opcional). Deverá ser feita pela ME ou a EPP, mediante comunicação obrigatória, quando tiver ultrapassado o limite de receita bruta anual ou o limite proporcional no ano de início de



atividade ou, ainda, tiver incorrido em alguma outra situação de vedação (exclusão por comunicação obrigatória.) (BRASIL, 2006)

O principal parâmetro para exclusão das microempresas e empresas de pequeno porte do Regime Simples Nacional é o limite da receita bruta anual. Sendo um regime que agrega muitas vantagens tributárias às empresas integrantes, os limites devem ser bem estabelecidos e cumpridos de forma correta e justa.

Ao estarem inseridas no regime do Simples Nacional, as maiores garantias e vantagens adquiridas por tais empresas são a desburocratização administrativa e jurídica e acesso fácil a linhas de crédito, assim como a maior democratização de acesso a esse instituto do tratamento favorecido. Também vale destacar que essa lei aborda vários mecanismos de ampliação de oportunidades e fomento. Sendo assim, facilita o acesso a linhas de créditos oferecidas pelas instituições financeiras. (BRASIL, 2006)

Através do estatuto, portanto, pretende-se estimular o desenvolvimento e a competitividade dos pequenos negócios como forma de gerar emprego, distribuição de renda, inclusão social, fortalecimento da economia e redução da informalidade.

## 2.2. CLASSIFICAÇÃO

A importância na classificação das microempresas e empresas de pequeno porte recorre do tratamento favorecido a que essas, constitucionalmente, têm direito e que podem ensejar solicitações indevidas para se integrar o regime tributário diferenciado, Simples Nacional, tendo por finalidade a facilidade prevista para pagamento dos impostos.

Os termos microempresa e pequena empresa se diferenciam, mesmo que por muito tempo tenham sido usados da mesma forma. (DUTRA; GUAGLIARDI, 1984) E não é estranho imaginá-los sendo confundidos, pois realmente possuem muitas similaridades. Dentre tais características em comum que geram tanta confusão ressaltam-se, o sistema organizacional mais simples, em que a tomada de decisões é centrada no dirigente; a existência de poucas fontes de financiamento, o que pode vir a dificultar a permanência dessas no mercado; o fato de geralmente estarem subordinadas a empresas de maior porte. (COSTA; LEANDRO, 2016)

Essas características delimitam as possíveis similaridades que serão encontradas na maior parte das microempresas e empresas de pequeno porte, sendo assim importantes

atributos de identificação por institutos que busquem auxiliar essa categoria, como Bancos e Cooperativas de financiamento.

O entendimento acerca do tema proposto por Celso Ribeiro Bastos (1990) confirma as ideias supracitadas. Segundo o doutrinador, o tratamento favorecido deverá ser maior quanto menor for a empresa. Com isso, a distinção entre microempresas e empresas de pequeno porte, pois as primeiras deverão gozar de mais vantagens, por serem ainda mais frágeis. (BASTOS, 1990)

Apresentadas essas distinções, a Receita Federal, sendo o órgão responsável pela admissão ao regime tributário do Simples Nacional, utiliza a definição incluída na Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 155/2016, para delimitar os limites das microempresas e das empresas de pequeno porte. A medida utilizada é baseada na receita bruta, sendo as microempresas aquelas que em cada ano-calendário auferiram valor igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e as empresas de pequeno porte aquelas que auferiram, em cada ano-calendário, receita superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)

Segundo os doutrinadores Bassoli e Zanluchi (2006), os únicos parâmetros válidos na identificação e posterior distinção entre as microempresas e empresas de pequeno porte, são aqueles constitucionais, sob risco de vício de inconstitucionalidade. (BASSOLI; ZANLUCHI, 2006)

Dentre os diversos critérios adotados por diferentes órgãos no Brasil, os mais relevantes, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, são os utilizados pela Receita Federal e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE.

O SEBRAE vem a utilizar como critério para definição o porte da empresa em relação a quantidade de pessoal ocupado. Na categorização aqui proposta, existe a diferenciação entre os setores em que essas atuam. As microempresas ocupadas nas atividades de serviço e comércio são aquelas com até 9 pessoas ocupadas e as pequenas empresas as que possuem entre 10 e 49 pessoas ocupadas. Já na atividade industrial da transformação e da construção as microempresas possuem até 19 pessoas ocupadas e as pequenas empresas funcionam com 20 a 99 pessoas ocupadas. (SEBRAE, 2013)

Isso afirma a necessidade de padronização das fontes que servirão de critérios de distinção, sendo o fato do tratamento favorecido um item suficientemente atrativo para empresas que não possuam as características devidas tentarem se enquadrar.

### 2.3. IMPACTO SOCIOECONÔMICO

As pesquisas acerca do tema das micro e pequenas empresas são imprescindíveis para o maior entendimento a respeito do impacto socioeconômico que a sua atuação enseja na economia. Elas também possibilitam maior compreensão em relação à sua extinção. O esfacelamento citado pode vir a ocorrer por fatores internos como também através de práticas de concorrência desleal que necessitem da aplicação de medidas *antidumping* para que possam ser evitados.

No Brasil, segundo pesquisas realizadas em 2016 pelo SEBRAE, após a criação do Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, existiam cerca de 14.812.460 (quatorze milhões, oitocentos e doze mil e quatrocentos e sessenta) pequenos negócios no Brasil, incluindo microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte. Tal número, comparado com o ano de 2007 em que o total representava 5.219.741 mostra que a criação da Lei 123/2006 influenciou positivamente na situação empresarial do país. E como constatado percebe-se que o número de empresas formalizadas tem aumentado significativamente, sendo a maior parte. Ainda de acordo com as pesquisas realizadas pelo SEBRAE, em 2015 as micro e pequenas empresas constituíam aproximadamente 98,2% dos estabelecimentos privados existentes no Brasil, sendo responsáveis por 51,2% da remuneração paga aos empregados formais. (COSTA; LEANDRO, 2016)

Esses dados apresentados pelas pesquisas feitas pelo SEBRAE, instituição que auxilia os micro e pequenos empresários em variados aspectos, são destacados para demonstrar todo o potencial que essas empresas possuem na construção da economia e fortalecimento da competitividade.

Dividindo por setores, a pesquisa elenca a importância das micro e pequenas empresas como geradoras de riqueza no Brasil, mostrando que, isoladamente, uma empresa representa pouco, mas quando juntas, elas são decisivas para a economia. No comércio elas respondem por 53,4% do PIB deste setor. Na Indústria, a participação chega a 22,5%, estando quase no mesmo nível das médias empresas que abarcam 24,5%. No setor de Serviços também apresentam índices elevados na produção nacional, possuindo 36,3%. Essas taxas percentuais de participação demonstram que existe diversificação na atuação das micro e pequenas empresas, evidenciando que essas possuem dinamismo na atuação e que trazem inovação aos mais variados setores. (SEBRAE, 2014)

As micro e pequenas empresas são os negócios que mais tem atuado na geração de empregos e renda e, conseqüentemente, na diminuição das desigualdades sociais. Portanto, torna-se claro que essas têm grande expressividade na geração de renda e também no aumento da massa salarial do mercado.

## 2.4. FRAGILIDADES

As microempresas e empresas de pequeno porte possuem certas fragilidades oriundas da alta tributação e burocracia, da dificuldade de acesso à informação, assistência e crédito, assim como as interferências por empresas internacionais no mercado interno.

Tendo em vista todo o momento positivo em que o grupo das Micro e Pequenas Empresas representam para a Economia do Brasil, é importante analisar as suas fragilidades e consequentes danos ao Produto Interno Bruto. Pesquisas do SEBRAE apontam, por exemplo, que no ano de 2010, 58% das empresas de pequeno porte encerraram as suas atividades antes de completar cinco anos. Dados mais recentes demonstram também que somente em 2016, 102 mil estabelecimentos deixaram de existir, reduzindo-se a 6,8 milhões o número de MPEs. (COSTA; LEANDRO, 2016)

Em 2016, ano abordado pela pesquisa do SEBRAE, a crise econômica e política, derivada de vários acontecimentos, internos e externos, trazia prejuízos ao setor empresarial. E as micro e pequenas empresas, como comprovado numericamente, demonstrou sua fragilidade em se manter ativas e em bom funcionamento em tempos de incerteza na economia. Tais fragilidades também podem se apresentar no momento em que empresas estrangeiras entrem no mercado nacional utilizando *dumping*, gerando uma concorrência desleal, fortemente sentida pelas micro e pequenas empresas, confirmando a necessidade da atuação estatal através dos instrumentos *antidumping*.

As principais fragilidades apontadas através de estudos acadêmicos, pesquisas realizadas com os próprios micro e pequenos empresários e análises de dados do setor econômico são: a alta tributação e burocracia; dificuldade de acesso à crédito; baixo grau tecnológico; falta de comunicação entre os órgãos de defesa comercial e os órgãos responsáveis pelas MPEs, não existindo políticas públicas sobre as os direitos *antidumping* direcionadas a esse setor; inexistência de secretarias ou coordenadorias, da SEMPE, por exemplo, de forma física em todos os estados e capitais.

A alta tributação e burocracia exagerada dificultam a existência dos pequenos empreendimentos, levando-os a encerrar suas atividades em um curto período de

funcionamento. Por isso, a Lei Complementar nº 123/2006 é um instrumento tão importante. Facilita o processo de abertura, registro, alteração e baixa da microempresa e empresa de pequeno porte. (MAMEDE, 2008) como também em relação a qualquer exigência para o começo da sua atividade. A alta tributação e burocracia exagerada, portanto, podem ser empecilhos na permanência das MPEs no mercado, sendo a atuação do Estado imprescindível.

A dificuldade de acesso a crédito é uma problemática pela qual os micro e pequenos e pequenos empresários. Nos momentos iniciais, em que é preciso fidelizar a clientela, como também em tempos de instabilidade econômica, o crédito fornecido pelos bancos é de extrema importância. A LC 123/2006 também traz a inovação de facilitar e baratear o acesso à crédito, através por exemplo, de financiamento em prazos maiores. Através do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que conta com patrimônio de R\$ 120 bilhões, as cooperativas de crédito poderão emprestar aos micro e pequenos empresários. (MATOS; ARROIO, 2011)

A falta de comunicação entre os órgãos de defesa comercial e os órgãos responsáveis pelas MPEs, não existindo políticas públicas sobre as os direitos *antidumping* direcionadas a esse setor, é uma fragilidade que dificulta o acesso a informações acerca do tema. Leva-se a crer que a maior parte dos micro e pequenos empresários desconheçam os danos causados pela prática do *dumping* e a maneira que o Estado brasileiro pode atuar através de instrumentos que promovem a defesa comercial nesse aspecto

O menor grau tecnológico possuído pelas micro e pequenas empresas comparado às grandes empresas nacionais e as empresas estrangeiras acarretam problemas na competição entre os produtos comercializados por essas, em detrimento do preço aplicado ao produto, como também à sua qualidade. Por isso, essas costumam atuar em segmentos caracterizados pelo baixo conteúdo tecnológico e por seus empregados possuírem menores níveis de qualificação. (MATOS; ARROIO, 2011)

A inexistência de secretarias ou coordenadorias, da SEMPE, por exemplo, de forma física em todos os estados e capitais, dificulta o acesso requerido para se minimizar a fragilidade citada no parágrafo anterior. Principalmente em regiões com menor participação econômica, como as regiões distantes das capitais, não há presença desses órgãos nas cidades, levando ao desconhecimento por parte dos micro e pequenos empresários das políticas públicas e legislações que existem para proteger a sua classe empresarial.

Destacadas essas fragilidades, determina-se que o Estado deve atuar na defesa de sua economia e dos seus agentes mais vulneráveis, como as microempresas e empresas de

pequeno porte, para minimizar essas fragilidades e incentivar as suas participações no mercado nacional.

## 2.5. SOBERANIA NACIONAL

A soberania de um país traduz a sua autonomia, seu poder político dentro de seu território nacional e a defesa dos interesses nacionais, inclusive os interesses econômicos que possam ser colocados em risco pela atuação danosa de agentes internacionais na economia interna.

Segundo entendimento de Celso Ribeiro Bastos, a soberania se constitui como um atributo típico do Estado, representando o poder supremo nacional e a faculdade de autodeterminação. (BASTOS, 1999) Com isso, cabe ao Estado, em nome do seu povo, o direito de sua autodeterminação. Visto que vivemos em um mundo globalizado, tal fundamento constitucional detém ainda mais significação a uma nação.

Para Marcelo Caetano, a soberania se constitui como um poder político supremo e independente, não estando limitado por nenhum outro internamente nem na sociedade internacional, pois não tem de acatar regras que não sejam voluntariamente aceitas, possuindo equidade com os poderes supremos dos outros povos. (CAETANO, 1987)

Tendo em vista as soberanias nacionais, o cenário econômico mundial mostra-se desigual quanto aos diferentes níveis de desenvolvimento econômico, político e social apresentado pelos países, divididos entre desenvolvidos e em desenvolvimento, pois existem necessidades econômicas, materiais e territoriais diferentes entre eles.

O Brasil ocupa uma posição periférica dentro desse cenário. Isso representa uma relação de dependência, contrária ao próprio sentido de soberania, resultado da necessidade dos países menos desenvolvidos em manter relações com os grandes centros capitalistas como também da discrepância entre o nível tecnológico entre as partes. Amparada nesse cenário e baseada na preferência por uma ordem econômica capitalista, a Constituinte de 1988 criou bases jurídicas para um modelo de desenvolvimento autocentrado, nacional e popular como definiu Canotilho. (CANOTILHO, 1993). Nesse modelo deve-se permanecer o controle do Estado brasileiro sobre a ordem econômica, mantendo-se o Estado Democrático de Direito e o pleno respeito aos direitos fundamentais de seus cidadãos. (KARKACHE, 2009)

Não se busca, portanto, afastar a economia nacional brasileira dos outros países e seus mercados. Pretende-se, através da soberania nacional, assegurar que os direitos fundamentais, incluindo aqueles que se relacionam a economia, sejam preservados e possam garantir o

estímulo aos empresários brasileiros para que possam continuar exercendo o papel que lhes cabe no cenário nacional: empregabilidade e circulação de bens.

Ao contrário do que possa parecer, a soberania baseada no modelo de desenvolvimento instituído pela Constituição não pretende gerar um isolamento econômico, mas sim fomentar a participação da sociedade brasileira em condições de igualdade, no mercado internacional. (GRAU, 2003)

Para viabilizar a participação da classe empresária brasileira no mercado internacional, existem algumas políticas públicas, como a extrafiscalidade tributária que são utilizadas ao exercer sua soberania fiscal. Os tributos não são somente empregados para obtenção de receitas públicas, mas também para intervir no domínio econômico, estimulando ou não, comportamentos de agentes privados.

Esse pensamento corrobora o entendimento de Fernando Aguillar sobre o tema, em que disserta sobre a extrafiscalidade como um poderoso instrumento no combate a ameaça à soberania dos países periféricos decorrentes da globalização. (AGUILLAR, 2006)

As medidas de proteção à atividade econômica nacional, portanto, ganham importância nesse cenário, buscando incentivar a troca comercial entre empresas brasileiras, não buscando esses determinados tipos de bens através de importações.

Conforme entendimento de Carraza, o Princípio do Tratamento Favorecido em relação às micro e pequenas empresas e o Princípio da Soberania econômica se relacionam. O tratamento diferenciado através de desoneração, redução e simplificação das obrigações demonstra a presença da função extrafiscal dos tributos. (CARRAZA, 2007)

Isso sugere que a Constituição determine políticas públicas que, além dos valores da igualdade e liberdade, pretendam estimular as microempresas e empresas de pequeno porte, fomentando sua sobrevivência e seu crescimento.

Os pontos levantados por Karkache no seu trabalho intitulado “Princípio do Tratamento Favorecido: O Direito das Empresas de Pequeno Porte a uma Carga Tributária Menor” acerca da relação entre o Princípio do Tratamento Favorecido às pequenas empresas e o Princípio da Soberania serão aqui elencados. (KARKACHE, 2009).

O primeiro ponto suscitado relaciona-se ao fato que as microempresas e empresas de pequeno porte são constituídas por brasileiros e residentes no Brasil, e garantir a liberdade econômica de forma plena significa agir contra a ação centralizadora e predatória exercida por grandes empresas e corporações, nacionais ou estrangeiras.

Outro ponto levantado é que a garantia da efetividade da igualdade material entre as micros, pequenas, médias e grandes empresas ocasiona ganhos ao capital nacional, visto que grande parte do capital está empregado nas micro e pequenas empresas.

O estímulo fornecido pelo Princípio do Tratamento Favorecido permite, além da sobrevivência, o crescimento das MPEs. Isso assegura a afirmação econômica do Brasil, dentro do seu próprio mercado e quando atuar nos estrangeiros.

Por último, em relação a aplicação do Princípio do Tratamento Favorecido no Direito Tributário, esse tem como função proteger o mercado nacional, trazendo vantagens às micro e pequenas empresas, porém, sem sacrificar as relações internacionais econômicas do Brasil com os mais diversos países e blocos econômicos pelo mundo.

Com isso, pretende-se deixar demonstrado, nesse capítulo, a importância das microempresas e empresas de pequeno porte para a economia brasileira. Aliado a isso, espera-se que o Estado atue na promoção da garantia da sobrevivência dessas empresas, agindo no sentido de diminuir ou extinguir os danos causados por produtos que ao serem exportados ao Brasil propiciem uma concorrência desleal, através de medidas *antidumping*.



### 3. *DUMPING*: CONCORRÊNCIA DESLEAL

Esse capítulo tem como objetivo debater sobre práticas comerciais abusivas denominadas *Dumping* e como essas podem ser prejudiciais à economia interna de um país em desenvolvimento e dependente das commodities.

Diante disso, a prática do *Dumping* é nociva e desleal e é enfrentada em várias nações do mundo que se sentem prejudicadas por vários motivos, como possuir uma economia menos diversificada e mais dependente de determinado tipo de mercadoria, o caso do Brasil. Por ser concorrente de países que não respeitam as leis trabalhistas consagradas em acordos internacionais, como a China, ou por países que subsidiam as produções para baixar os valores de mercado, como a China e os Estados Unidos da América.

Segundo Faria (1990) o *dumping* consiste na “introdução de um produto no mercado de outro país a preço inferior ao seu valor normal, se o preço de exportação do produto, quando exportado de um país para outro, for inferior ao preço comparável, praticado no curso de operações comerciais normais, de um produto similar destinado ao consumo do país exportador.” Esse problema influencia o mercado, pois desestabiliza a indústria nacional por gerar uma concorrência desleal diante dos preços abaixo do valor do mercado. (FARIA, 1990)

Observa-se, pois, a finalidade da prática do *dumping* em inibir a produção e a concorrência nacional, deixando graves mazelas para a economia do Estado alvo dessas ações. Como base da economia nacional, as micro e pequenas empresas colocam-se em papel de destaque no fomento do desenvolvimento do país, empregando grande parte da mão de obra com menor grau de formação e por ser o segmento empresarial que está mais próximo da realidade da maior parte da sociedade.

Com isso, por ser um tema relevante em todo o mundo e regulamentado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), é de suma importância investigar a forma como tal prática interfere na realidade econômica brasileira.

O papel do Estado somado às contribuições legislativas de organizações internacionais como a OMC atuam para garantir um maior potencial de defesa das empresas mais vulneráveis às ações das grandes corporações multinacionais, que buscam maximizar seus lucros extinguindo a concorrência com práticas comerciais desleais.

Muito embora o Brasil seja uma grande potência econômica, sendo expoente na produção de vários produtos, principalmente no que se refere ao setor primário, ainda se encontra em situação de desvantagem no comércio internacional por ser um país que exporta

essencialmente produtos agrícolas e minerais. Com isso, produtos que possuem maior valor agregado, com maior grau tecnológico, são majoritariamente importados.

Tal disparidade do Brasil frente outras grandes nações mundiais que possuem parques industriais e sistemas agrícolas mais desenvolvidos ocasiona uma vulnerabilidade na nossa economia e, conseqüentemente, nas nossas empresas. Aquelas que mais sentem tais investidas do grande capital em busca da diminuição da concorrência e da maximização dos lucros são as micros e pequenas empresas, aquelas que estão mais presentes no cotidiano da sociedade.

Diante dessa situação, a OMC e as medidas *antidumping* no Brasil, assim como a sua regulamentação no Brasil pela Lei nº 9.019/1995 e o novo Decreto nº 8.058/2013 asseguram a proteção jurídica a tais práticas, além de ser um indicativo da importância que o Estado brasileiro dá a essas práticas.

O estudo do *dumping* é dotado de relevância social e jurídica, tendo em vista que se trata de tema complexo e de extrema importância que repercute na economia nacional e conseqüentemente na renda e no emprego de milhões de brasileiros.

### 3.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PRÁTICAS DE *DUMPING*

No âmbito do mundo globalizado e conectado das mais diversas formas, o comércio internacional exerce indiscutivelmente um importante papel na economia dos países do mundo. Os mais diversos tipos de produtos são comercializados e desempenham papel fundamental na estruturação da economia interna de cada país individualmente.

Nesse contexto, fez-se necessário o surgimento de legislações baseadas em princípios e acordos jurídicos para regulamentar as práticas comerciais e criar um critério de identificação daquelas desleais. Nesse momento, pós reformulação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), surge a Organização Mundial do Comércio (OMC). Tal organização inclui na sua agenda, desde o seu início, as pautas referentes a prática do *Dumping*. (OLIVEIRA, 2007)

O início da construção dessa legislação aconteceu na Rodada do Uruguai, fundamental na formação de um aparato jurídico referente as regras envolvendo o *dumping*, tratando das investigações *antidumping*, subsídios, direitos compensatórios e cláusulas de salvaguardas

O país começou a atuar com maior intensidade no mercado internacional com a abertura econômica do Brasil e isso levou utilização de mais medidas protecionistas a fim de estabelecer uma relação entre o processo de abertura comercial e o crescente uso de medidas

protecionistas. Isso aconteceu visando assegurar a competitividade das empresas nacionais. (MAIA, 2014)

Essa abertura torna o país mais vulnerável a sofrer a prática do *dumping* que pode trazer prejuízos à economia nacional e, com isso, cabe ao país denunciar tal prática e provar a existência de dano e nexo causal. Por isso, deve-se comprovar que ocorreu a importação abaixo do valor normal praticado no país de origem, como também a existência de *dumping* e o dano causado à indústria do país.

Dito isso, a imposição de tais medidas se faz necessária, por que criam um ambiente mais seguro contra a concorrência desleal causada pelo *dumping*. De tal forma, a busca pela proteção nacional torna-se primordial para os países, trazendo algumas consequências ao mercado externo, como o aumento das barreiras não tarifárias. Por isso, as atividades econômicas, particularmente referentes ao comércio internacional, precisam ser regulamentadas, com a finalidade de evitar a destruição de uma atividade nacional ou mesmo o dano causado por outros agentes econômicos. (MAIA, 2014)

Tais proteções visam, sobretudo, proteger a indústria nacional, sendo o propósito maior do direito *antidumping*. Dentre as medidas inclusas na regulamentação dessas atividades incluem-se as tarifas discutidas em acordos internacionais dos quais os países tenham manifestado adesão.

Dentre os instrumentos estatais de defesa comercial, está o artigo VI do GATT que sofreu alterações conforme novas demandas surgiram e estudos sobre o tema foram realizados, sendo a principal referência para o entendimento do *dumping* e aplicação de medidas *antidumping*.

Em meio a esse cenário, aquelas empresas que praticam o *dumping* o fazem em busca de poder no mercado externo, visando um monopólio no exterior, utilizando preços artificiais, abaixo do padrão do mercado, tendo como finalidade inserir sua indústria em um segmento fragilizado de outro país, se estabelecendo em um cenário propício para o crescimento.

Essa busca por novos mercados vem a ocasionar a prática do *dumping*, dividida em modalidades conforme entendimento doutrinário a seguir descrito.

### **3.1.1. Modalidades de *dumping***

A segmentação da prática do *dumping* em modalidades visa distinguir as características e medidas cabíveis. Com isso, determinada a modalidade a que cada prática se enquadra, facilita-se a atuação estatal para contê-las.

Segundo definição proposta por Johannpeter (1996) e Silva (2005), as modalidades que provocam maiores riscos à indústria nacional são: *dumping* persistente, *dumping* predatório e *dumping* estratégico. O *dumping* persistente consiste no aumento da produção com o objetivo de redução dos custos fixos médios, bem como ganhos em economia de escala. Gerando um excedente de produção, tal situação seria propícia à exportação. O *dumping* predatório consiste na estratégia de eliminar a concorrência externa, utilizando preços extremamente baixos, de forma que seja a última a permanecer no mercado, e assim, elevar os preços novamente. Já o *dumping* esporádico não provoca grandes riscos à economia nacional, por não ter como objetivo extinguir a concorrência, podendo vir a trazer benefícios aos consumidores pelos preços inferiores. (JOHANNPETER, 1996; SILVA, 2005)

Diante da importância dos instrumentos *antidumping* visando a proteção das empresas nacionais, o processo de investigação ocorrerá com o intuito de analisar a efetiva interferência danosa no contexto do mercado interno.

Dentre as modalidades citadas, o *dumping* predatório seria o mais nocivo, pois visa prejudicar um mercado específico e apropriar-se deste. O *dumping* persistente, em curto período de tempo após a conquista do mercado, elevaria seus preços novamente, prejudicando os consumidores. Já a modalidade esporádica poderia vir a beneficiar os consumidores pelos preços inferiores, não ocasionando danos comparados as outras modalidades citadas. (SALVATORE, 2000)

Essas três modalidades apresentadas são as mais comuns nos procedimentos *antidumping*, pois trazem mais riscos a economia nacional em que estejam sendo utilizadas.

No que tange as modalidades de *dumping*, a esporádica não ameaça a estrutura econômica do país, sendo exemplificada, em determinadas circunstâncias, a venda de um produto em um país por um preço inferior àquele praticado no país exportador ou ao seu custo de produção, não enseja ou ameaça ensejar danos às indústrias da nação importadora, isto porque o volume ou a periodicidade das exportações com a prática de *dumping* não são suficientemente significativas. (MONTEIRO, 2010)

As características abordadas confirmam a importância da aplicação das medidas *antidumping* no enfrentamento da concorrência desleal, tendo em vista, sobretudo, a situação de vulnerabilidade das micro e pequenas empresas.

### 3.2. MEDIDAS PROTECIONISTAS: *ANTIDUMPING*

As medidas *antidumping* consistem em um mecanismo estatal que tem por finalidade proteger os agentes econômicos nacionais de práticas danosas que acarretem o enfraquecimento ou extinção do mercado interno.

A prática do *dumping* é desleal e nociva e, por isso, deve ser enfrentada, principalmente em países que possuem uma economia menos diversificada, como é o caso de vários países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil. Por isso, a importância das medidas *antidumping*, em especial quando atuam em defesa das micro e pequenas empresas, setor mais frágil da economia que, todavia, representa grande parte da massa assalariada brasileira.

Exposto isso, os direitos *antidumping* são definidos como um montante em dinheiro que seja igual ou inferior à margem de *dumping* apurada e que seja utilizado com o propósito de afastar os efeitos danosos à produção nacional, decorrentes de importações que utilizem a prática do *dumping*. (ASSIS, 2010)

Tal valor fixado ao valor do produto importado irá servir como uma barreira ao preço abaixo do mercado que entra no país. Com isso, baseado nos valores averiguados durante a investigação da prática do *dumping*, será estabelecido um valor percentual que impeça que esse produto entre em competição com os produtos nacionais de forma desleal, equiparando seus preços.

Sobre o valor normal, quando o país exportador não consistir em uma economia de mercado, os artigos 15, 16 e 17 do Decreto 8058/2013 delimitam o procedimento cabível. Por isso, o valor normal será determinado com base em um país substituto que consistirá em um país de economia de mercado considerado apropriado, apresentado pelo peticionário ou pelo exportador.

Esses valores e o processo necessário para sua aplicação estão presentes no Decreto nº 8.058/2013, legislação que versa sobre os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação das medidas *antidumping* no Brasil.

Esse decreto vem a trazer modificações em relação ao decreto anterior que discorria sobre o tema, o Dec. nº 1602/95, pautando-se em três pilares: celeridade das investigações, eficácia das medidas aplicadas e previsibilidade para o setor privado.

Esses três pilares ensejam maior credibilidade ao direito *antidumping*, pois quanto maior a vulnerabilidade do setor afetado pelas práticas nocivas do *dumping*, mais efetivamente essa parcela da economia nacional precisará de ações que auxiliem no enfrentamento imediato a essa concorrência desleal.

Contextualizando essa atuação, a Constituição Federal de 1988 autoriza a existência de um Estado Interventor, mesmo que defina nossa economia como descentralizada e de mercado. Isso sugere que o Estado atue, amparado na Constituição, como um agente regulador, tendo por finalidade exercer as funções de fiscalização, incentivo e planejamento destinado ao setor privado. (MASCIA, 2014)

O Decreto nº 8058/2013 que veio a alterar e complementar o já existente Decreto 1602/1995 ensejou um aumento no número de aplicação de medidas *antidumping* no país. Por ser mais completo, resguarda a economia de mais formas. Dessa maneira, tal decreto mostra-se mais eficiente e traz maior segurança aos empresários. Em busca de proteção em tempos de crise e instabilidade, o Decreto 8058/2013 tornou-se um aliado da classe empresária brasileira, incluídas as micro e pequenas empresas.

A vigência de uma legislação exclusiva à problemática do *Dumping* reflete o alto grau de nocividade que essa prática causa nos mercados mais vulneráveis e que, portanto, necessitam de uma atuação estatal mais comprometida.

O importante papel que o Estado brasileiro vem desempenhando no enfrentamento ao *dumping* foi se moldando com os diferentes governos eleitos. Na rodada Tóquio do GATT em 1979, o Brasil aderiu ao Acordo *Antidumping* e atribuiu internamente a responsabilidade de investigação ao Ministério da Fazenda. No governo de Fernando Collor de Mello, as medidas *antidumping* passaram a ficar a cargo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, mas especificamente do Departamento de Comércio Exterior, DECEX. Durante o governo de Itamar Franco as investigações ficaram a cargo da SECEX, Secretaria de Comércio Exterior. Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Departamento de Defesa Comercial, DECOM, funcionando para aplicar a legislação vigente acerca do tema, que à época era o Decreto 1602/1995, até o momento da sua revogação em 2013 com a vigência do novo Decreto 8058/2013. (MASCIA, 2014)

Essas mudanças de órgãos responsáveis pela investigação e decisão sobre o direito *antidumping* traduzem a busca pela melhor adequação desse aparato normativo dentro da estrutura governamental.

#### 4. ANTIDUMPING: LEGISLAÇÕES E MEDIDAS EM RELAÇÃO À IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS LÁCTEOS

O *Dumping* tem sua nocividade comprovada através da importância que a maior parte dos países do mundo despende às consequências que sua prática vem a gerar. As reuniões e acordos internacionais em que tal tema é pauta relevante de discussão confirmam sua necessidade de aplicabilidade. Dito isso, os instrumentos *antidumping* são imprescindíveis na atuação do Estado em prol da defesa do comércio.

Atuando na proteção à economia, o Estado possui três ferramentas jurídicas de defesa comercial, sendo tipificadas como medidas *antidumping*, medidas compensatórias e medidas de salvaguarda. Tais medidas são reguladas pela Organização Mundial do Comércio, OMC, e os acordos realizados pelos Estados-membros como o Acordo *Antidumping* que versa sobre a implementação do art. VI do GATT.

Como já citado, o principal objetivo das medidas *antidumping* é não permitir que a prática do *dumping* ocorra, trazendo prejuízos a economia nacional. Detecta-se a prática do *dumping* quando determinado produto possui diferentes preços para determinados mercados, sendo eles internos ou externos. Quando o valor é inferior ao preço utilizado no mercado exportador e isso culminar em perdas materiais à indústria nacional do produto similar do país importador, existirá a necessidade de investigação e, conseqüentemente, imposição de direito *antidumping*.

As medidas *antidumping* são denominadas, segundo Sampaio (1994), como uma imposição paratarifária de direito econômico com o intuito de reequilibrar a competitividade afetada por práticas de concorrência desleal, ocorridas no mercado interno. (SAMPAIO, 1994)

Com isso, as medidas *antidumping*, amparadas pelos acordos e legislações internas, serão aplicadas, em moeda corrente, correspondente ao percentual da margem de *dumping*, de forma suficiente a acabar com a ameaça à indústria doméstica.

Já em relação ao mérito processual, a apuração de tal atividade comercial deve ser justificada através da evidência do dano material à indústria doméstica e a proporção que os preços e o volume da importação dos produtos afetaram o mercado interno. Após as determinadas investigações, para conseqüente aplicação das medidas *antidumping*, tem-se ainda que determinar o nexo de causalidade entre o dano à indústria e a prática do *dumping*. (MASCIA, 2014)

O Estado atribui as competências investigativas e decisórias a alguns órgãos específicos para que sejam estabelecidos os devidos trâmites processuais de modo imparcial, confirmando o nexo de causalidade entre a prática do *dumping* e os danos causados à indústria.

#### 4.1. ÓRGÃOS ESTATAIS DE PROTEÇÃO

No Brasil, os órgãos governamentais que possuem competência acerca da defesa comercial, dentre ela a aplicação de medidas *antidumping*, são a Secretaria de Comércio Exterior, a Câmara de Comércio Exterior e o Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior. Essas figuras institucionais são de suma importância para as investigações de *dumping* no âmbito nacional.

Essa descentralização nas atribuições, delimitando a atuação de órgãos diferentes em determinadas áreas, vem a dificultar interferências externas, sejam elas de cunho político, nacionais ou internacionais.

As instituições mencionadas possuem a incumbência do exame das situações de defesa comercial, bem como prestam assistência à indústria brasileira. No sentido contrário, quando o exportador brasileiro sofre denúncias *antidumping* também é amparado por tais instituições, participando de forma ativa na discussão sobre as regras e normas relativas à defesa comercial, dentre eles o Acordo *Antidumping*. Esse Acordo define todas as fases para o início do procedimento, desde a petição inicial, passando pela coleta de provas até a conclusão e término das medidas *antidumping*, no caso em que essas foram efetivadas.

Diante disso, o Departamento de Defesa Comercial da SECEX realiza criteriosa análise sobre esses direitos que, quando comprovados, são aplicados pela CAMEX. Geralmente, as disputas *antidumping* são realizadas no âmbito interno, respeitando os Acordos da OMC numa forma de negociação bilateral, onde os países envolvidos tentam chegar a um acordo.

Caso contrário, a disputa pode ser levada ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC, que tem o viés de intermediar as negociações por meio de relatórios que contenham recomendações, sempre no limite da lei estabelecida. Cabe à Organização zelar pelos Acordos estabelecidos pelos países membros, apurando se houve respeito aos dispositivos do Acordo *Antidumping*. Esse estabelece princípios e requisitos para os países signatários da OMC. Pode-se dizer que dentre algumas de suas prerrogativas, constam: a definição de *dumping* propriamente dito; estabelecer normas referentes à sua aplicabilidade; e



determinar a utilização, os procedimentos necessários para a investigação e a duração das medidas *antidumping*. (MAIA, 2014)

É imprescindível a atuação desse órgão, tendo esse surgido justamente de um Acordo internacional, entre os países que desempenham diferentes papéis na economia mundial, para regular os instrumentos nacionais de cada país, possuindo um sistema de solução de controvérsias poderá ser acionado, de modo que novas fases e consultas serão realizadas.

Outra forma de atuação estatal, subordinadas ao Ministério da Fazenda, está presente no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, SBDC, formado pelo CADE e pela Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência, SEPRAC.

A SEPRAC tem como prerrogativa promover a livre concorrência, opinando sobre proposições legislativas nos aspectos relacionados ao tema, propondo a revisão de leis, decretos e regulamentos, manifestando-se sobre pedidos de revisão de tarifas e realizando estudos que avaliem a concorrência em setores específicos da economia, para subsidiar as decisões de órgãos governamentais.

Já o CADE possui unidades de apoio e suporte ao cumprimento da sua missão institucional. São elas a Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE e a Diretoria de Administração e Planejamento. É uma autarquia do Ministério da Justiça, subdividida em: TADE (Tribunal Administrativo), com funções de julgamento; SG (Superintendência-Geral), com funções de instrução de processos de concentração e de controle de infrações; e o DEE (Departamento de Estudos Econômicos), órgão interno de apoio técnico das atividades do CADE. Além disso, o CADE é apoiado pela SEAE, cujas funções atuais são praticamente de prevenção, ou seja, de difusão da cultura de concorrência, de apoio técnico a outros órgãos de governo, de preparação de estudos e outras atividades informativas, educativas e científicas.

A atuação dos órgãos do SBDC na defesa da concorrência apoia-se em três ações principais, sendo a ação repressiva a mais importante no combate à concorrência desleal causada pelo *Dumping*. Essa ação acontece por meio da investigação e punição de condutas que visem prejudicar a competitividade, amparada na Lei de Defesa da Concorrência, que possui rol exemplificativo de condutas. Os órgãos desse Sistema também atuam na prevenção concreta, analisando, sobretudo, operações de concentração, como fusões e incorporações de empresas, e o dano que isso pode gerar ao mercado interno. As ações de prevenção geral funcionam como medidas educativas sobre a cultura da concorrência, através de seminários, palestras e publicações referentes ao tema.

#### 4.2. DECRETO Nº 8.058/2013

Os processos investigatórios e as decisões tomadas para se impor tais medidas, conforme o Decreto nº 8.058/2013, base legal do direito *antidumping* brasileiro, especifica os órgãos responsáveis pelos determinados procedimentos previstos em lei, assim como explicita seus princípios e o procedimento jurídico correto.

O estudo desse decreto se dará de forma a discorrer sobre os artigos mais relevantes em relação ao trâmite processual e dos critérios que, obrigatoriamente, terão que ser utilizados para se determinar o nexo de causalidade entre o dano à indústria e a prática do *dumping*.

Em função disso, como contido no art. 2 do Decreto, o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior, CAMEX, terá como responsabilidade decidir sobre os incisos presentes nesse artigo, com base nas recomendações contidas em parecer do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, DECOM.

Já à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, SECEX, segundo o art. 5 de tal decreto, compete uma série de ações de grande importância ao processo, como o início da investigação, conforme citado no inciso I.

Dando prosseguimento à análise de tal Decreto, em relação aos produtos analisados acerca do *dumping*, o art. 9 discorre sobre o conceito amplamente utilizado, produto similar, que se entende como “o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.” (BRASIL, DECRETO Nº 8.058/2013)

O entendimento desse conceito é necessário durante a investigação do *dumping*, pois é com base nele que serão avaliados critérios imprescindíveis a investigação, confirmando o nexo de causalidade entre o dano à indústria e a prática do *dumping*. As similaridades devem ser avaliadas segundo os critérios apresentados nesse artigo tais como a matéria-prima, composição química, processo de produção, entre outros. Vale salientar que esses critérios não constituem lista exaustiva e não fornecem isoladamente indicação decisiva.

Para determinação do preço de exportação, por consequência, os artigos 20 e 21 do Decreto nº 8058/2013 versam que o DECOM, baseado na legislação existente, determine o cálculo do valor normal para que, posteriormente, possa ser auferido o cálculo do preço de exportação. Para que se descubra o preço de exportação, o DECOM considera o valor efetivamente pago pelo produto exportado para o Brasil, com a respectiva dedução dos

impostos. A determinação do valor normal e do preço de exportação constitui a margem de *dumping*.

Acerca do entendimento sobre a margem de *dumping*, Barral e Brogini dissertam que há duas formas de aplicação da margem de *dumping*: absoluta e relativa. A margem de *dumping* absoluta é a diferença entre o valor normal e preço de exportação, aplicada através de alíquota específica e não como adicional ao imposto de importação. Em contrapartida, a margem de *dumping* relativa, mais utilizada, é a razão entre a margem de *dumping* absoluta e o preço de exportação, sendo um percentual que se adiciona ao imposto de importação. O Brasil utiliza a margem de *dumping* relativa, impondo percentuais que são acrescidos ao valor total do imposto de importação. (BARRAL; BROGINI, 2007)

A respeito das situações em que os danos são determinados, o art. 29 do Decreto nº 8058/2013 considera que eles ocorrem quando houver dano ou ameaça de dano material à indústria doméstica, assim como o atraso material na implantação da indústria doméstica.

A determinação do exposto no parágrafo supracitado é fundamental para a posterior aplicação das medidas *antidumping*, visando a proteção da economia nacional e de seus agentes. Somado a essas situações, as provas necessárias para a determinação de dano, conforme previsto no art. 30, consistem no exame objetivo do volume das importações, bem como os efeitos dessas sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e o impacto de importação desses produtos sobre a indústria doméstica.

Para determinar o dano, são analisados vários índices como a queda das vendas, dos lucros e da participação no mercado, assim como os efeitos negativos sobre as taxas de emprego e salários. Esses índices fornecem um panorama da real situação do mercado e como as medidas *antidumping* auxiliariam na minimização desses índices. Porém, nenhum desses fatores, isolados ou em conjunto serão suficientes para concluir a decisão.

Em relação à petição inicial, essa deverá conter dados, conforme determinadas regras estabelecidas no Decreto, que tragam informações suficientes para análise dos órgãos responsáveis. Segundo o art. 38, esta deverá conter indícios da existência de *dumping*, de dano à indústria doméstica e de nexo de causalidade entre ambos, fornecendo a estimativa do valor e do volume da produção nacional, a descrição completa do produto em questão, nome do país exportador e seus produtores, como também informações sobre o produto fabricado no Brasil, seu preço e os impactos que tais importações geraram na indústria nacional. Esses indícios fornecidos auxiliarão o órgão responsável a decidir de forma justa conforme a lei. (BARRAL; BROGINI, 2007)

Após a petição inicial e a verificação do *Dumping* pelo DECOM, acontece a notificação das partes interessadas, também realizada pelo DECOM. Dentre os notificados estão os agentes do mercado nacional e do mercado exportador, representados pelos governos, empresas produtoras e empresas importadoras. Quaisquer outras partes interessadas terão prazo de vinte dias para apresentar pedido de habilitação. A notificação de todos esses integrantes do comércio internacional busca assegurar o livre acesso das partes ao processo.

Por conseguinte, o DECOM realizará audiências e permitirá o acesso aos documentos processuais que não possuem informações sigilosas, também enviando questionários às partes interessadas. O principal objetivo das audiências é a possibilidade de apresentar seu posicionamento e esclarecimento à parte contrária e ao DECOM. O acesso via internet a esses documentos, resultado das alterações inseridas pelo Dec. 8058/2013, trouxe maior celeridade e garantia ao acesso às informações processuais, sendo eletrônico e individualizado às partes através da disponibilização de senhas.

Assim, na fase de instrução, serão analisadas as informações disponibilizadas pelas partes envolvidas, juntamente com suas defesas, se lhes parecer necessárias, tendo por finalidade a análise da existência do nexo causal entre o *dumping* e o dano à indústria. No fim dessa fase, é divulgada uma nota técnica pelo DECOM que estará na determinação final da investigação. No prazo de vinte dias, as partes poderão manifestar-se sobre a nota, que após será finalizada. A fase de instrução não poderá ultrapassar os 120 dias. Esse prazo é amparado por um dos pilares desse novo decreto, o da celeridade processual, que tem por finalidade uma maior efetividade na medida *antidumping* em tempo hábil.

Ressaltando que caso o *dumping* realmente esteja ocorrendo, durante a investigação, por determinação da CAMEX, poderão ser utilizadas medidas *antidumping* provisórias, como disposto no Art. 66, com a finalidade de impedir que ocorra algum dano durante a investigação. Porém, conforme previsto nos incisos desse artigo, o valor de tal medida *antidumping* provisória não poderá exceder a margem de *dumping* assim como serão aplicadas na forma de direito provisório que terá seu recolhimento estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Tais medidas provisórias não significam o término da investigação nem sua suspensão. Isso só ocorrerá caso venha acontecer o compromisso de preços. Esse deverá ser realizado até o momento do fim da fase probatório, sendo em valor satisfatório para eliminar o dano que causam à indústria doméstica. Esse compromisso não é fase obrigatória do processo e caso venha a ocorrer será celebrado pelo DECOM e homologado pela CAMEX.

Chegando ao fim das investigações, haverá a publicação no Diário Oficial da União e a notificação das partes sobre o resultado da investigação, havendo a aplicação do direito *antidumping* que como dita o art. 78 do Decreto 8.058/2013 consiste em um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de *dumping* apurada, aplicado através de alíquotas sobre o valor aduaneiro da mercadoria, em moeda nacional. Uma maneira de tentar burlar a incidência desse direito encontrada pelas empresas exportadoras é fragmentando os produtos em peças ou partes menores. Porém, conforme o art. 79, mesmo fragmentadas, se provada a similaridade do produto, além dos outros requisitos, ocorrerá a aplicação das medidas *antidumping* vigentes. (MASCIA, 2014)

A cobrança de tal medida imposta pelo Estado em prol da economia nacional se dará no ato da importação, ao recolher o registro de declaração de importação, sendo tal receita convertida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) em aplicações na área do comércio exterior. Visando extinguir o dano que a prática do *dumping* possa vir a causar, o período de vigência dos direitos *antidumping* e dos compromissos de preço persistirá conforme a necessidade da eliminação do dano, com o prazo máximo de 5 anos para ser extinto, podendo, porém ser revisado.

Conclui-se, portanto, que o texto do Decreto nº 8058/2013 pretende trazer apaziguamentos acerca do procedimento legal referente aos casos de direito *antidumping*. É de suma importância sua existência, pelo fato do Brasil recorrer com maior frequência na atualidade a essas medidas como forma de proteger a indústria nacional e, sobretudo, seus agentes mais vulneráveis, caso das micro e pequenas empresas.

#### 4.3 RELAÇÃO ENTRE MEDIDAS ANTIDUMPING E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Ao analisar a importância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira e entender o procedimento protecionista estatal baseado no direito *antidumping* percebe-se muitos dos efeitos que a defesa garantida pelos órgãos brasileiros ocasiona no cenário econômico brasileiro.

As micro e pequenas empresas empregam uma grande parcela da população nacional, sendo fonte de renda de muitas famílias. Isso leva a crer que, dadas as fragilidades citadas no primeiro capítulo desse trabalho, o Estado precisa atuar fortemente para assegurar a sobrevivência dessas. Porém, a maneira como os direitos *antidumping* atuam na proteção do mercado nacional, pode parecer distante da realidade das micro e pequenas empresas, que

podem possuir menor conhecimento jurídico. Esse questionamento dá-se pelo baixo índice de petições iniciadas por empresas desses portes.

Por consequência do menor acesso ao direito *antidumping* por parte das micro e pequenas empresas, essas acabam por se beneficiar através das ações peticionadas pelas médias e grandes empresas que possuem maior aparato jurídico. Visando a estabilidade econômica e sua permanência no mercado, essas acabam, indiretamente, auxiliando as MPEs a se manterem competitivas no mercado. Por isso, dentre as medidas protecionistas, o direito *antidumping* é tão importante para a manutenção do setor empresarial, em especial das MPEs, que são fonte de renda para uma grande parcela de trabalhadores.

O Estado atua através de vários mecanismos para tentar minimizar os danos causados pela fragilidade da economia em termos de trocas comerciais. Segundo Tavares, as políticas públicas que o Estado desenvolve em sua economia estão diretamente ligadas ao grau de desenvolvimento do país. E daí surge o conceito de Direito Constitucional Econômico, momento em que as constituições se preocupam diretamente com a questão econômica. (TAVARES, 2000)

Além dessa proteção em forma de defesa comercial, tais empresas são livres para entrar com um procedimento legal em qualquer caso em que se sentirem prejudicadas, cabendo aos órgãos responsáveis verificar a existência ou não da prática do *dumping*.

Ressaltado isso, porém, os instrumentos brasileiros *antidumping* não são suficientes para garantir a sobrevivência dessas empresas no mercado. Contudo, esses mecanismos desempenham um importante papel na manutenção de um cenário econômico em que essa categoria empresarial, amparada pelo Estatuto das Microempresas, pelo Simples Nacional e pelos órgãos de auxílio à categoria como o SEBRAE e a SEMPE, necessita enfrentar a concorrência desleal por parte de empresas estrangeiras que visem entrar no mercado nacional com preços inferiores aos valores da produção com a finalidade de extinguir a concorrência.

#### 4.4 DA REVISÃO DOS DIREITOS *ANTIDUMPING* SOBRE A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS LÁCTEOS

Relacionado à estabilidade e permanência das micro e pequenas empresas, importantes empregadoras e produtoras de capital, na economia nacional e aos direitos *antidumping* responsáveis por resguardar nossa produção interna de práticas desleais que visam extinguir e reduzir a competitividade comercial do país, a recente Circular nº 5, de 5 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em de 06 de fevereiro de 2019, demonstra de

forma atual e prática a importância de se impor tais medidas de proteção para manutenção da produção interna.

Essa Circular informa sobre o Processo MDIC/SECEX 52272.001196/2017-18 e o Parecer nº 1, de 5 de fevereiro de 2019, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial e Interesse Público – DECOM, que determina a extinção da medida *antidumping*, sem prorrogação desta, acerca da importação de produtos lácteos, em pó não fracionado, integral ou desnatado.

Conforme explicitado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, o mercado de produtos lácteos é o mais distorcido do mundo, o que leva a Secretaria de Comércio Exterior a instruir os Ministros e o Presidente da República sobre os malefícios que possam vir a ocorrer com a extinção dos direitos *antidumping*.

Segundo Aloísio Teixeira Gomes e Vicente Nogueira Neto, pesquisadores da EMBRAPA, os subsídios, constituídos como o capital fornecido pelo Estado para fomentar as operações agrícolas em forma de pagamento em dinheiro ou por apoio indireto, e as medidas protecionistas, como as *antidumping*, utilizadas pelos países desenvolvidos resultam na redução dos preços internacionais desses produtos, tornando-os tão competitivos no mercado internacional e nocivos aos países em desenvolvimento, como o Brasil, onde a produção leiteira possui importante papel social e econômico. (MOREIRA NETO; GOMES, 2007)

Por esse motivo, destaca-se a relevância do estudo desse caso envolvendo a importação de produtos lácteos, pela relevância dessa indústria na economia nacional brasileira e pela magnitude da produção em países desenvolvidos que possuem maior aparato tecnológico.

Por conseguinte, vale destacar esse caso como forma de exemplificar a teoria citada nesse trabalho acerca do processo relativo ao direito *antidumping*, demonstrando as funções dos órgãos governamentais, a utilização das legislações que amparam esse direito, o trâmite processual, incluindo o papel das partes durante a investigação e a revisão, assim como a importância da proteção às micro e pequenas empresas nacionais como meio de garantir o fortalecimento da economia nacional.

#### **4.4.1. Início da investigação**

Iniciando a análise sobre a revisão da medida *antidumping* instituída pela CAMEX por intermédio da Circular SECEX acerca dos produtos lácteos, inicialmente, em 1999, foi protocolada a petição de início de investigação de *dumping* referente ao “leite em pó ou

granulado, desnatado e integral, não fracionado” exportados pela Argentina, Austrália, Nova Zelândia, União Europeia e Uruguai. O início da investigação se deu através da SECEX, órgão responsável por investigar casos envolvendo direitos *antidumping*, no mesmo ano.

Porém, somente em 2001, a CAMEX, órgão colegiado responsável por decidir sobre o tema, determinou o fim da investigação com a posterior aplicação dos direitos *antidumping* em valores percentuais definidos em medidas diferentes para cada país.

A Nova Zelândia, a União Europeia e o Uruguai tiveram a aplicação de direitos *antidumping* definitivos em valores percentuais de 3,9%, 14,8% e 16,9%, respectivamente. A Austrália sofreu aplicação desses direitos, porém de forma não definitiva, pois conforme o art. 14, § 3º do Decreto nº 1.602/1995, revogado pelo Decreto nº 8.058/2013, mas em vigência no período em questão, as exportações realizadas por esse país constituem volume insignificante, inferior a 3%. A Argentina e a Dinamarca tiveram compromissos de preços propostos por suas empresas, que ao serem homologados, suspenderam a investigação relativa aos dois países. Um mês depois, por meio de Resolução CAMEX, é homologado compromisso de preços desse país, suspendendo os direitos *antidumping*.

#### **4.4.2. Das revisões anteriores**

Prosseguindo a linha temporal do caso, em 2003, através de Circular SECEX, tornou-se pública a futura extinção dos compromissos firmados anteriormente com os produtores de leite uruguaios e argentinos. Com isso, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) visando a manutenção de tais compromissos e atuando em prol da produção leiteira nacional, apresentou petição interessada na revisão dos direitos *antidumping*, o que levou a revisão do compromisso de preços e a permanência desses e vigor durante o processo. Em 2005, através de outra circular, foram homologados novos compromissos de preços para ambos os países.

Em relação à Argentina e o Uruguai, duas partes do processo, pode-se dizer que o Brasil possui relacionamento diferenciado em relação aos demais países incluídos nesse processo. Por serem fronteiriços e participarem do mesmo bloco econômico, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) as micro e pequenas empresas podem vir a enfrentar níveis elevados de risco à sua competitividade. Dentre os principais motivos para essa nocividade, destaca-se a maior probabilidade de entrada dessas mercadorias em estabelecimentos comerciais localizados nos estados da região sul do país, que fazem fronteira com esses países



e a consequente desestabilização produtiva das micro e pequenas empresas da região, com maior intensidade, que venham a abastecer o mercado local.

Através de nova Circular SECEX, foi publicado o fim do prazo de vigência dos direitos *antidumping* relativos às importações da Nova Zelândia, da União Europeia e da Dinamarca, no qual a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária novamente, em tempo hábil, manifestou interesse de revisão, resultando, em 2007, no encerramento da revisão e a aplicação dos direitos *antidumping*, mantidos os valores percentuais estabelecidos na investigação original.

Em relação aos últimos três citados, esses possuem características diferentes da Argentina e Uruguai em relação à forma que podem causar impactos à produção nacional brasileira. Por serem dois países e um bloco econômico desenvolvidos, possuem maiores vantagens econômicas sobre os países em desenvolvimento.

Isso se justifica pela produção subsidiada pelos Estados em que esses produtos, quando exportados, entram no mercado doméstico causando graves consequências, semelhantes às citadas no caso dos países fronteiriços. O motivo dessas consequências serem tão danosas consiste no fato que, a partir do momento que o leite brasileiro, por exemplo, é produzido conforme a estrutura que a indústria brasileira possui, esse terá que competir com o produto oriundo de outras regiões do globo, onde os níveis de tecnologia e o fomento estatal, possam vir a atuar de forma determinante na redução do preço do produto. Dentre essas consequências, destacam-se: o impedimento do crescimento da produção, em que as empresas, incluídas as micro e pequenas, encontram dificuldades de manter o custo produtivo e mercadológico ao tentar competir com produtos de similar qualidade, porém com preços abaixo do mercado interno; a diminuição da possibilidade de ampliar os mercados e exportar para outras nações.

Logo, passada mais uma revisão, em 2011, em que novamente a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária manifestou interesse em manter a medida *antidumping*, houve a determinação da revisão com prorrogação dos direitos *antidumping* definitivos aplicados a Nova Zelândia e União Europeia, chega-se à mais recente revisão, iniciada em 2017 e com desfecho no ano corrente de 2019.

Durante todo esse período, o Estado brasileiro atuou em proteção a esse setor agroindustrial de tanta relevância, econômica, social e, inclusive, cultural. Ao impor as medidas *antidumping* através das sucessivas revisões do direito *antidumping*, o Estado vem a fomentar a indústria, pois permite a atuação dessas empresas em um ambiente que a

concorrência desleal causada pelas empresas internacionais não conseguem invadir com seus produtos.

#### 4.4.3. Da revisão atual

A parte peticionária desse caso, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, entidade sindical que representa o Agronegócio no Brasil, possui interesse legítimo em buscar proteção comercial frente países e empresas que tenham como objetivo assegurar novos mercados, desestabilizando o mercado interno de países mais frágeis no setor em questão. Em relação ao objeto de pesquisa desse trabalho, a CNA atua em defesa das micro e empresas ao passo que, ao mesmo tempo em que possui representatividade em forma de conselhos em instituições e órgãos como o SEBRAE e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, atua na promoção de assistência técnica, através de consultorias a pequenos empreendedores por todo o país para maximizar a produção e, conseqüentemente, a competitividade do produto. E sobre o produto específico investigado por esse processo, essa Confederação possui uma comissão que se dedica especificamente a produção de leite, a Comissão Nacional de Pecuária de Leite, CNPL.

Com o decorrer do processo, em 2018, como constante em Parecer DECOM, departamento da SECEX atuante na defesa comercial, verificou-se a existência de elementos suficientes que justificam a abertura do processo, iniciando-se a revisão por meio de Circular SECEX, publicada no Diário Oficial da União em 6 de fevereiro de 2018. Após notificação da peticionária e dos exportadores estrangeiros e importadores nacionais, assim como do governo neozelandês e da delegação da União Europeia, foi disponibilizado através da internet o texto que ampara a petição que deu origem a revisão.

Em relação ao produto alvo dos direitos *antidumping* e da sua importância para a economia, o leite em pó ou granulado, desnatado ou integral, não fracionado, é exportado pelos países citados em embalagens não destinadas ao consumo varejista. Como consta no Decreto em que esse tópico se baseia, o leite em pó é importado em sacos de 25 kg, tendo como finalidade o seu uso por indústrias alimentícias, em forma de matéria-prima na produção de derivados do leite como biscoitos, chocolates, sorvetes, entre outros, como também pelas indústrias de laticínios, que fracionam e embalam para comercialização por atacadistas e varejistas de pequeno, médio e grande porte.

A matéria-prima para produção do leite em pó é o leite in natura, produto da ordenha de vacas saudáveis e em corretas condições de higiene. O Brasil é um grande produtor de leite

in natura, porém fatores como subsídios, já citados, e desvalorização de moedas estrangeiras em relação ao Real, caso da Argentina, são determinantes para a necessidade da aplicação de medidas protecionistas, visto que o processo de transformação do leite in natura para seu produto em pó é mais complexo e demanda maior nível tecnológico.

Somado a esses fatores, vê-se que, principalmente, as micro e pequenas empresas que comprovadamente possuem menor acesso a crédito, enfrentam maiores dificuldades em obter o aparato tecnológico adequado para produzir leite em quantidade e qualidade suficientes para abastecer o grande setor industrial que se utiliza dessa matéria-prima.

Tendo como base dados do Censo Agropecuário (2006) realizado pelo IBGE, a indústria nacional produtora de leite in natura é composta por 1.349.326 estabelecimentos, divididos por todas as regiões do país. E o perfil desse setor varia entre os micro e pequenos produtores enquadrados como produção de subsistência, possuindo até 30 vacas e produção diária inferior a 50 litros e a produção em base familiar em que possuem rebanhos entre 20 e 70 vacas produzindo até 500 litros diários. Já os grandes produtores dividem-se em: produção especializada em que o rebanho tem até 200 vacas produzindo um total maior que 500 litros diários e a produção intensiva na qual o rebanho possui mais de 200 vacas leiteiras e o volume diário da produção é superior a 3000 litros diários. (IBGE, 2006)

No que se refere ao produto similar, prerrogativa de aplicação dos direitos *antidumping*, a União Europeia, durante a revisão, discordou da definição considerada pelo Brasil de que o leite in natura e o leite em pó são similares, por também haver produção de leite em pó no país. O Brasil, entretanto, reiterou o entendimento presente desde a primeira investigação de que esses dois produtos englobam características suficientemente semelhantes e destinam-se ao mesmo fim.

Durante o processo de revisão de qualquer medida *antidumping*, analisa-se todos os fatores relevantes com o intuito que, em caso de extinção da medida, retornaria a prática do *dumping*. Dentre os fatores elencados no art. 103 da Lei nº 8058/2013 estão:

I - a existência de *dumping* durante a vigência da medida;

II - o desempenho do produtor ou exportador no tocante a produção, utilização da capacidade instalada, custos, volume de vendas, preços, exportações e lucros;

III - alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países, incluindo alterações na oferta e na demanda pelo produto, nos preços e na participação do produtor ou exportador no mercado do país exportador; e

IV - a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

Os incisos acima descritos demonstram a possibilidade de retomada da prática do *dumping*, em função da situação da produção do país exportador, do mercado internacional e da produção brasileira. Avaliado o período entre julho de 2016 e junho de 2017, as exportações de leite em pó originárias da Nova Zelândia e União Europeia representaram participação mínima no total importado pelo Brasil, constituindo 0,1%. Isso, conforme estabelecido por esse inciso representa duas situações opostas: o montante das importações desse produto por esses mercados não representa maiores riscos ao mercado interno brasileiro. Todavia, à vista do grande poder de produção que ambos possuem, a extinção de tal medidas poderia vir a desviar suas produções para o Brasil, grande mercado consumidor do mundo.

#### **4.4.4. Do valor normal internado e o preço médio de venda**

Apresentando o valor normal verificado através de pesquisas feitas envolvendo conjuntamente o preço do produto similar doméstico, o valor de frete e seguro internacional, o imposto de importação, o adicional ao frete para renovação da marinha mercante e as despesas de internação, o produto da Nova Zelândia possui o Valor Normal Internado de US\$ 4.055,45 por tonelada. Sendo o preço médio do produto brasileiro igual a US\$ 3.373,31/t, tal estudo comprova a possibilidade de retomada da prática de *dumping* pelas empresas neozelandesas para exportar ao Brasil.

No caso da União Europeia, a CNA como peticionária do processo, relatou preços praticados no comércio dentro do bloco, determinando um valor correspondente a US\$4.039,08/t, confirmando uma situação semelhante a da Nova Zelândia, em que a UE provavelmente teria que praticar o *dumping* para exportar ao Brasil.

Contudo, nesses dois casos, deve-se levar em consideração para determinação de retorno da prática de *dumping* por esses dois exportadores, a porcentagem de importação de leite integral e leite desnatado pelo Brasil, que indica, respectivamente, em relação a Nova Zelândia e a UE, 77,46% e 22,54%. Assim, utilizando essa mesma proporção, se analisará as situações envolvendo a Nova Zelândia e a União Europeia.

A União Europeia, contestou tal cálculo, utilizando o Acordo *Antidumping* como base jurídica, em seu artigo 11.1, afirmando que as autoridades brasileiras especulam ao afirmar que eles precisam praticar *dumping* para conseguirem ser competitivos no mercado brasileiro.

Já a peticionária do processo, a CNA, em defesa das micro, pequena, média e grandes empresas do setor leiteiro, sustenta que não foi questionado e nem explicado, nos autos, a metodologia da avaliação de retomada do *dumping* e uma posterior alteração. Também salienta que o produto que deve ser o referencial para o cálculo do preço médio é o leite in natura, e não o leite em pó, pois o produto importado compete com esse tipo de produto da indústria doméstica.

A CNA finaliza sua argumentação, nesse ponto, constatando que a indústria alimentícia brasileira que absorve grande parte desse produto, utiliza-o em forma fluida, adicionando água ao leite em pó, sendo a importação dessa maneira, uma necessidade física, não um diferencial do produto. E mesmo que também se produza leite em pó no Brasil para uso industrial, o quantitativo é inferior, em grande escala, quando comparado ao leite in natura.

#### **4.4.5. Riscos de retomada de *dumping***

Em outro ponto da Revisão a qual se atenta esse estudo, a CNA levanta importantes considerações referentes ao potencial exportador da Nova Zelândia e União Europeia, já citado anteriormente como um indicador da possível retomada da prática do *dumping*. Os principais pontos elencados são relacionados à produção do produto investigado e similar a capacidade instalada e sua ociosidade, o potencial exportador, a existência de estoques do produto investigado, as políticas dos países em relação à produção e o comércio do produto similar e investigado.

Os dados oficiais apresentados pela CNA, disponibilizados por meio eletrônico pela Comissão Europeia e pela Associação Neozelandesa de Laticínios, demonstram que ambos estão entre os maiores produtores de leite do mundo, e a produção da UE, por exemplo, é quatro vezes maior que a brasileira. Outro dado relevante para o estudo do *dumping* é o direcionamento da produção, que nesses dois produtores, são destinados majoritariamente para a exportação, levantando a tese de probabilidade de retomada de dano à produção interna.

Também é suscitado o aumento da produção de leite in natura, tanto na Nova Zelândia, quanto da União Europeia, em 9%; a ociosidade de parte do setor, que pode vir a ter aumento de produção de forma rápida; e a grande quantidade de produto estocado pela UE, que pela vida útil do produto variando entre 1 e 2 anos, deve ser vendida em decorrência do tempo, evitando a perda da produção. A Rússia, importante economia do mundo, proibiu a

importação de produtos lácteos originários da UE, o que levou ao aumento do estoque e, consequentemente pode direcionar essas exportações para outros grandes mercados, como o Brasil. Essa proibição da exportação do produto europeu ao mercado russo está de acordo com o que diz o inciso IV do art. 103 da Lei nº 8058/2013, já citado anteriormente, que afirma que tal medida de defesa comercial tomada pelo Estado da Rússia pode vir a desviar esse excedente comercial ao mercado brasileiro.

Com isso, acerca do desempenho dos produtores, a análise feita para a Revisão do direitos *antidumping*, evidenciam uma grande probabilidade de direcionamento de produtos lácteos para o Brasil por parte da União Europeia, diferentemente da Nova Zelândia, que não possui estoque de tal produto.

#### **4.4.6. Situação da indústria leiteira brasileira**

Pelo fato da indústria de leite brasileira ser muito fragmentada, foi utilizada pela SECEX vários estudos de diferentes institutos, inclusive do SEBRAE-MG, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado que apresenta a maior produção de leite do país, demonstrando a relevância dessa parcela do Empresariado na produção e desenvolvimento do país como um todo. Outros órgãos utilizados foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA.

Dito que a indústria brasileira é fragmentada, em diferentes regiões e diferentes modalidades de empresas, os indicadores da indústria doméstica podem demonstrar estabilidade no setor produtivo, porém os micro e pequenos empresários, caracterizados pelos produtores rurais, em sua maioria famílias com pequeno número de gado leiteiro sentiriam mais rapidamente a nocividade da concorrência desleal originada da entrada do produto desses países no mercado nacional. Assim exposto, confirma-se a importância dos instrumentos *antidumping* brasileiros na garantia da sobrevivência dessas empresas.

O IBGE também embasa a manifestação final por parte da peticionária, a CNA, quando argumenta que, mesmo que o mercado brasileiro do leite vivencie um cenário positivo, dados desse instituto demonstram que desde 2016 a produção de leite cai percentualmente.

Na conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica, observa-se que, durante a vigência do direito *antidumping*, a indústria doméstica brasileira apresentou crescimento na receita líquida, como também na lucratividade, em valor percentual de 41,8%.

Porém, quanto à empregabilidade e a massa salarial, houve grande decréscimo do número médio de empregados ao dia, correspondendo a uma redução de 56,8%. Tal índice pode indicar um aumento na mecanização na produção, consequência direta do aumento tecnológico existente no mundo.

#### **4.4.7. Manifestações finais pelas partes do processo**

Decorrida boa parte do processo, a Fonterra, cooperativa neozelandesa e maior exportadora mundial de lácteos, presente em 140 países, interessada no fim das medidas *antidumping* aplicadas pelo Brasil, relata a boa fase da indústria brasileira, que melhorou durante a investigação e durante todo o período em que os direitos *antidumping* estiveram presentes, sendo improvável a retomada de dano.

Também ressalta restrições ambientais na Nova Zelândia que impedem um grande crescimento na produção, como também o fato de exportar maiores quantidades para países asiáticos, os quais possuem impostos em valores bem inferiores, ou inexistentes, caso do sudeste asiático. Com isso, o governo neozelandês não encontra justificativa legal no Acordo *Antidumping* para se manter as medidas *antidumping*, solicitando a sua extinção.

Em resposta à Fonterra e ao governo da Nova Zelândia, nessa última fase do processo, a CNA prossegue na defesa da continuidade das medidas *antidumping* aplicadas, tendo em vista as probabilidades de retomada de *dumping* que foram apresentadas anteriormente nesse trabalho, defendendo a metodologia utilizada e ressaltando o grande potencial produtor e exportador da Nova Zelândia e União Europeia. O vasto mercado consumidor brasileiro também foi parte da argumentação, assim como o fato que mesmo uma proporção pequena de suas exportações pode causar dano à indústria doméstica, ao impactar o frágil equilíbrio de mercado presente.

É salientado, também, pela peticionária, que estas hipóteses se aplicam, principalmente, quando se considera a estrutura produtiva do leite in natura no Brasil, composta por grande número de pequenos produtores. Como tema central desse trabalho, a permanência e crescimento das micro e pequenas empresas no mercado são de suma importância para a economia nacional. A extinção de medidas que indiquem qualquer risco à competitividade dessas empresas pode colocar uma grande parcela de trabalhadores em risco.

Argumenta ainda sobre os pequenos produtores que sua produção é pequena e que, por ser mais sensíveis a concorrência, precisariam, em caso de redução de preço de mercado e

incapacidade de armazenamento do produto por um longo prazo pelo seu teor perecível, vender a produção a preço utilizado no mercado, independente de cobrir seus custos.

#### **4.4.8. Da fase decisória e recomendação**

Inicia-se, portanto, a fase decisória e de recomendação dessa Circular em que, durante toda a sua investigação apresentou entendimento que demonstra que o direito *antidumping* imposto desde a investigação inicial, passando pelas revisões aqui apresentadas, foram determinantes na neutralização, em certo grau, do dano causado pelas importações, demonstrado que a indústria doméstica apresentou crescimento nas vendas internas, na produção e na renda.

Com isso, o órgão decisor conclui que há pequena probabilidade em vir a ocorrer a retomada do *dumping* caso não ocorra sua prorrogação. Em aprovação à decisão tomada, o Governo da Nova Zelândia, em manifestação na conclusão do processo, ressalta a importância da união entre países exportadores agrícolas, característica que possui em comum com o Brasil e na importância da importação desse produto, tendo em vista a fabricação de comidas e bebidas por outros setores da indústria brasileira. A Fonterra essa fase do processo demonstrando que a continuidade do direito *antidumping* seria limitação imposta ao mercado brasileiro em poder eventualmente contar com fontes alternativas e complementares de fornecimento de leite.

Do lado peticionário, a CNA destaca os riscos que a produção agropecuária está sujeita, a respeito da oscilação de preços, mudanças e desastres climáticos, pragas e doenças. Porém, sendo esses riscos compartilhados por todos os países produtores, a prática de subsídios para dar suporte à produção é recorrente, principalmente na União Europeia, no setor da produção láctea. Conforme citado na manifestação da peticionária no corpo da Circular. Os subsídios agrícolas são novamente citados por essa, dando base a argumentação que esses reduzem os preços e as importações nos países exportadores, criando um ambiente de concorrência desproporcional, tendo em vista que o setor leiteiro, e agrícola, são fundamentais nas economias em desenvolvimento.

Concluindo toda a discussão jurídica e econômica acerca dessa Circular e suas peculiaridades, a recomendação final explicitada através da Circular nº 5, de 5 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 6 de fevereiro de 2019, é pelo encerramento da revisão e o fim da prorrogação do direito *antidumping*, extinguindo as medidas



*antidumping* em vigor sobre o leite em pó, não fracionado, desnatado ou integral importado pelo Brasil originário da União Europeia e da Nova Zelândia.

Por ser uma decisão recente, os efeitos acarretados por ela ainda não foram diagnosticados por pesquisas e estudos econômicos, como também pelo mercado. Com isso, insurgem questionamentos acerca dessa decisão e das prováveis consequências que ocorrerão.

#### **4.4.9. Considerações acerca do resultado do processo de revisão de direitos *antidumping***

O processo de revisão de direito *antidumping* discutido nesse trabalho demonstra que determinadas decisões tomadas por órgãos governamentais, influenciadas ou não pelo modelo econômico adotado pela presidência, podem acarretar a diminuição das interferências estatais na economia ocasionando, com maior probabilidade, prejuízos à economia nacional e, portanto, às micro e pequenas empresas, mais vulneráveis setores do mercado interno.

Quando justificado, pelas partes interessadas em extinguir as medidas *antidumping* referentes ao leite em pó, que não houve danos à indústria brasileira, demonstra-se que, justamente por isso, deve-se manter tais medidas em vigor, por que esse é o intuito principal de sua vigência: a não danificação do mercado e da indústria domésticas.

No momento em que se apresentam dados, pelas partes contrárias a manutenção das medidas *antidumping*, que mostram pequenas quedas nos valores totais de produção nos últimos anos pela indústria láctea brasileira, ressaltando que as medidas *antidumping* podem não desempenhar esse papel garantidor de direitos, espera-se deixar claro, por outro lado, que o Brasil, em se tratando de um país em desenvolvimento, é dependente de outras economias, e como tal, está mais vulnerável às intempéries ocorridas em outros países. Decorrente disso, por exemplo, caso os Estados Unidos da América apresentem dificuldades na produção de insumos, exportados ao Brasil para serem fonte de alimento do gado brasileiro, trará implicações negativas à produção brasileira.

A argumentação que as quantidades importadas pelo Brasil são insuficientes para manter a medida *antidumping* vigente também soa frágil. O alto grau de produção do país da Oceania e do bloco Europeu, concomitantes com o uso de subsídios e o grande estoque que a União Europeia possui, levanta desconfiança no desvio desse produto para o mercado brasileiro que possui uma alta demanda de consumo.

E, caso as manifestações por parte da CNA provem-se verdadeiras e tendo em vista o entendimento doutrinário e os estudos por parte de órgãos como o SEBRAE e o IPEA sobre as microempresas e empresas de pequeno porte, essas poderão vir a sofrer grandes prejuízos,

tanto diretamente no setor produtor leiteiro, como também em outros setores, de transformação em derivados do leite, no comércio atacadista e no comércio varejista.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado possui um papel fundamental na garantia de um maior potencial de defesa das empresas mais vulneráveis às ações de empresas estrangeiras, que buscam novos mercados para maximizar seus lucros, extinguindo a concorrência com práticas comerciais desleais. Aquelas que possuem maiores vulnerabilidades, as micro e pequenas empresas, correspondem a 99% das empresas nacionais brasileiras e a 57% dos empregos formais do país e, por isso, demandam um tratamento diferenciado por parte do Estado.

Diante disso, buscou-se analisar a forma pela qual o Estado brasileiro deve proteger a economia nacional das práticas de concorrência desleal denominadas *dumping* para que as micro e pequenas empresas não sofram prejuízos ou sejam extintas. Para isso, portanto, é necessário compreender a situação atual dessas empresas para avaliar como essas podem ser afetadas e, por consequência, como o Estado pode agir na proteção delas.

Através da argumentação presente nesse trabalho ficou comprovado que o país possui mecanismos que auxiliam na manutenção dessas no mercado, principalmente pela constatação do crescimento exponencial da quantidade de números de pequenos negócios, após a criação do Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas e do Simples Nacional.

Somado a isso, os direitos *antidumping* mostram-se essenciais como instrumentos que funcionam como barreiras à entrada de produtos que, ao serem importados, acarretam danos à indústria brasileira e, consequentemente, fragilizem a atuação das micro e pequenas empresas que já possuem diversas vulnerabilidades.

Porém, mesmo com esse aparato legislativo que veio a beneficiar a atuação empresarial, é necessário que os órgãos responsáveis por essas áreas continuem a se adequar às novas demandas que venham a surgir para garantir um bom desempenho da economia interna brasileira.

Visto que ambos os temas discutidos nesse trabalho, micro e pequenas empresas e instrumentos *antidumping*, não são abordados na graduação de Direito com muito enfoque, aliado a carência de pesquisas nas áreas em questão, torna-se imprescindível que as universidades brasileiras e os principais centros de pesquisa acadêmica e estatística desenvolvam projetos relacionados aos temas para fomentar ainda mais as discussões relacionadas às suas determinadas problemáticas.

Por ser um tema de grande relevância internacional por envolver toda a economia mundial e pelo papel que as empresas de pequeno porte desempenham no Brasil, é importante que mais se pesquise sobre a interligação entre a prática do *dumping* e a importância das

micro e pequenas empresas, para que as legislações possam evoluir e os Estados consigam atuar de forma mais eficaz na defesa de seus mercados e de seus agentes mais vulneráveis.

E através disso, conclui-se pela confirmação da nocividade que a concorrência desleal pela prática do *dumping* provoca e como uma economia menos diversificada e mais dependente de determinado setor produtivo, caso do Brasil, vem a sofrer com essas ações. Mesmo que o Brasil seja uma grande potência econômica, ainda se encontra em desvantagem no comércio internacional por ser um país que exporta essencialmente produtos com baixo valor agregado, relacionados ao setor terciário. Isso leva a uma disparidade em relação a outras nações desenvolvidas que possuem parques industriais e sistemas agrícolas mais desenvolvidos, ocasionando maior vulnerabilidade a economia nacional e suas empresas, em especial às micro e pequenas empresas.

## REFERÊNCIAS

- AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito econômico: do direito nacional ao direito supranacional**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ASSIS, Karoline Marchiori de. **Direitos Antidumping**: definição de sua natureza jurídica à luz de seus fundamentos econômicos. Sistema Tributário, Legalidade e Direito Comparado. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. **Manual prático de defesa comercial**. Aduaneiras, 2007.
- BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BASTOS, Celso Ribeiro; DA SILVA MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Vol.6. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 20ª edição. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. Lei complementar. **Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 24 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **CIRCULAR SECEX n. 59/2001**. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/secex/gab/circulares\\_secex\\_2019/Circular\\_SECEX\\_05\\_2019.pdf](http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/secex/gab/circulares_secex_2019/Circular_SECEX_05_2019.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto 8.058/2013**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d8058.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8058.htm). Acesso em: 25 fev. 2019.
- CAETANO, Marcello. **Direito constitucional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 6 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.
- CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 23ª edição. São Paulo, 2007.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 28ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC. **As micro e pequenas empresas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Aline Pereira Neves da; LEANDRO, Luiz Alberto de Lima. **O Atual Cenário Das Micro E Pequenas Empresas No Brasil**. 2016. Disponível em:

<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/14924134.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2019.

DUTRA, I.; GUAGLIARDI, J. A. As micro e pequenas empresas: uma revisão da literatura de marketing e os critérios para caracteriza-las. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, Rio de Janeiro, v.24, n.4, p.123- 131, 1984.

FARIA, Werter R. **Constituição econômica**: liberdade de iniciativa e de concorrência. Porto Alegre: Fabris, 1990.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 1, p. 124-139, 2010.

IBGE, M. T. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)> Acesso em 14 abr. 2019.

JOHANNPETER, Guilherme Chagas Gerdau. **Antidumping: prática desleal no comércio internacional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

KARKACHE, Sérgio. **Princípio do Tratamento Favorecido**: O Direito das Empresas de Pequeno Porte a Uma Carga Tributária Menor. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LEONE, R. J. G.; LEONE, N. M. C. P. G. Pequenas e médias empresas: contribuições para discussão sobre por que e como medir o seu tamanho. **Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar - RaUnP**, Ano 4, n.1, 2011.

MAIA, Bruna Zampirom. **O Brasil e os Mecanismos Antidumping no comércio internacional**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**. Atlas, 2012.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. Atlas, 2008.

MASCIA, Tiago Amador. **As Inovações do Decreto N° 8.058, de 26 de Julho de 2013, Nos Procedimentos Administrativos Relativos à Investigação e à Aplicação de Medidas Antidumping**. 2014. Dissertação – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MATOS, Marcelo Pessoa de; ARROIO, Ana. **Políticas de apoio a micro e pequenas empresas no Brasil: avanços no período recente e perspectivas futuras**. CEPAL, 2011.

MONTEIRO, Jannice. **O dumping contra as exportações de suco de laranja concentrado brasileiro e sua discussão na OMC**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 13 ed. Atlas, 2003.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. **Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NOGUEIRA NETO, Vicente; GOMES, Aloísio Teixeira. Especialização da pecuária leiteira. **Embrapa Gado de Leite**, 2007.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A ordem econômico-comercial internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial. **Contexto Internacional**, vol.29, nº 02, 2007, PP. 217 – 272.  
RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: parte geral**. vol. 1. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

SAMPAIO, Tércio et al. Direitos *Anti-Dumping* e compensatórios: sua natureza jurídica e consequências de tal caracterização. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 96, p. 95, out./dez. 1994.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho Na Micro e Pequena Empresa**. 6ª edição. São Paulo, 2013. Disponível em:

<[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa\\_2013.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SEBRAE. **Boletim: Estudos & Pesquisas – Nº 51, abril de 2016**. 2016. Disponível em:

<[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/boletim%20estudos%20e%20pesquisas\\_abril%202016.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/boletim%20estudos%20e%20pesquisas_abril%202016.pdf)>. Acesso em 18 fev. 2019.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. 2015a. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-geram-27%25-do-PIBdo-Brasil>>. Acesso em 23 de fev. 2019.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Julho, 2014b. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

SEBRAE. **Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil**. 2011. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>> Acesso em 23 fev. 2019.

SILVA, Alice Rocha. *Dumping* e direito internacional econômico. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 2, n. 2, p.390-417, jul./dez. 2005.

TAVARES, André Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. 3ª Edição. São Paulo: Método, 2011.

TAVARES, André Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. Grupo Gen-Método, 2000.

ZANLUCHI, César Maurício; BASSOLI, Marlene Kempfer. A tributação diferenciada para pequenas empresas: mecanismo para positivizar valores e princípios econômico-constitucionais. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 6, p. 119-142, 2006.